

A "PATA DO BOI" E A DESTRUIÇÃO DOS ECOSSISTEMAS LOCAIS: HISTÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA AMBIENTAL DE MORADORES DE UMA REGIÃO DO SUL DO PARÁ

*Francisco Batista Durães¹
Dulce Consuelo A. Whitaker²*

Resumo: Este artigo reflete sobre as várias percepções e memória ambientais de um grupo de moradores do município de Xinguara/PA a partir de uma concepção crítica de desenvolvimento pautada nos ideais de progresso e desenvolvimento regional. Considera também a ocupação da fronteira sul-paraense e o resgate da história social local com foco nas questões ambientais observadas ao longo de três períodos: o primeiro, marcado pela catequização dos povos indígenas e a ocupação do território por camponeses nordestinos de tradição pastoril; o segundo período, caracterizado pela penetração de grandes projetos agropecuários e madeireiros beneficiados pelos incentivos fiscais do Governo Federal responsável pelas alterações radicais na estrutura fundiária culminando em conflitos sociais violentos na disputa pela terra e, finalmente, o período que se inicia na década de 1980, marcado pela pecuária e pequena agricultura diversificada. Para as análises dos referidos períodos recorreu-se a várias fontes bibliográficas, mas as narrativas foram uma das fontes primeiras para a apreensão das realidades histórica e socioambiental do espaço estudado. O artigo conclui que a pecuária foi a atividade responsável pelas alterações provocadas na paisagem local, tais como a degradação e os danos ambientais que atingiram os moradores da sub-bacia do rio Mariazinha no município de Xinguara, Pará.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara

²Pós-doutorado em Sociologia – Oxford

Palavras-chave: Grandes Projetos; Memória Ambiental; Rio Mariazinha; Produção Diversificada; Pecuária.

Abstract: *This study reflects on numerous environmental perceptions and memory of a local group from Xinguara/PA, starting from a critical approach of growth, based on the ideals of progress and regional development. It also considers the occupation of Pará's southern border region and the rescue of local social history, focusing on the environmental problems that were observed along three different periods: the first one is marked by natives' catechism and the occupation of this territory by farmers from Brazilian's northeastern region with a pastoral tradition; the second one is related to the establishment of major lumbering, farming and cattle-raising projects supported by the Federal Government's tax incentive responsible for radical changes in the agrarian structure, culminating in violent social conflicts for the ownership of this land; finally, the third one has its start in 1980, marked by animal husbandry and small mixed agriculture. The analyses of these different periods were based on various bibliographic sources, but the narratives were one of the central sources for the apprehension of the historical and socio-environmental realities in this specific place. One of its conclusions is that animal husbandry was the responsible activity for the changes provoked in the local landscape, such as the environmental degradation and damage that impacted the inhabitants of the sub-basin of "Mariazinha" River in the city of Xinguara, Pará.*

Keywords: *Major Projects; Environmental Memory; "Mariazinha" River; Mixed Farming; Animal Husbandry.*

1. Introdução

O presente artigo foca a necessidade de compreendermos as ações das quais se valeu o progresso na região sul do Estado do Pará, a partir do desastroso processo de ocupação de suas terras, responsável, dentre outros, pela destruição ambiental ocorrida nessa região e intimamente ligado à qualidade de vida de seus moradores, impondo-nos hoje grandes desafios para a viabilização de espaços economicamente sustentáveis no meio rural nos quais a população local tenha acesso a melhores condições sociais de vida.

A decisão por abordar questões relacionadas à degradação ambiental é devida, sobretudo, às vivências sociais, históricas e ambientais empreendidas pelo primeiro

autor deste artigo, a partir de sua chegada e instalação na região sul do Pará, em 1986 – experiências estas que lhe permitiram a observação destes fatores hodiernos, enquanto um sujeito-participante inscrito historicamente neste espaço. Justificasse, portanto, a importância das reflexões que partem, tanto de suas memórias em primeira pessoa, quanto das memórias expressas oralmente por todos os outros sujeitos entrevistados que, por meio de seus relatos, expõem suas percepções também sociais, históricas e ambientais sobre as terras que ocupam.

Movido em parte pelos conflitos que se pode observar entre as lembranças que se obteve dessa região e sua condição atual, este artigo surgiu também da intenção de compreender as tensões sociais, ambientais e, sobretudo, a maneira como os moradores da região constroem suas memórias, individual e coletivamente, assim como seus espaços de luta e resistência pela sobrevivência em um pedaço de terra já conquistado e ainda hoje alvo de litígios.

Apesar de todas as adversidades e da força do Capital, que insiste em impor às comunidades locais a ideologia de progresso e desenvolvimento pautada na "pata do boi", os moradores da sub-bacia do rio Mariazinha, no município de Xinguara, vêm construindo suas histórias e suas formas de enfrentamento ao modelo dominante.

Dado o nosso enfoque, a sub-bacia do rio Mariazinha na cidade de Xinguara, região sul do Pará que integra a região Amazônica, convém caracterizarmos brevemente o município. Com uma população de aproximadamente 42.000 habitantes, possui dezenas de assentamentos rurais, resultantes das intensas lutas e processos de conquista da terra, e conta, mais recentemente, com instalações de indústrias frigoríficas, de curtume e laticínios, que constituem motivo de preocupação ambiental, embora sejam elas a base da sustentação econômica da cidade ao gerarem empregos para atender à demanda de outras regiões do Brasil e de outros países pelo seu principal produto, a carne bovina.

Xinguara tem sua fundação datada em meados da década de 1970, quando foram instaladas indústrias madeireiras e projetos agropecuários na região, sempre marcada por intensas disputas e conflitos pela posse e uso da terra em um cenário de migração de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Os textos teóricos sobre História Oral e Fontes Oraís de pesquisa, tais como Menezes (2010), Whitaker (2010), e Parolin e Bellini (2010), foram expressivos para se pensar sobre a dinâmica que envolve o tratamento das fontes orais, tendo em vista que tais fontes foram construídas na presença do pesquisador, durante suas atividades de pesquisa em campo compostas, por um lado, pela realização dessas entrevistas.

Assim, este empreendimento mostra-se desafiador por si só ao almejar elucidar uma região da Amazônia por meio do foco na degradação socioambiental apreendida, por sua vez, a partir da Percepção e da Memória de um grupo de moradores fixados em uma região que apresenta elevados índices de devastação ambiental, exploração de trabalho e total desrespeito à legislação e ao meio ambiente.

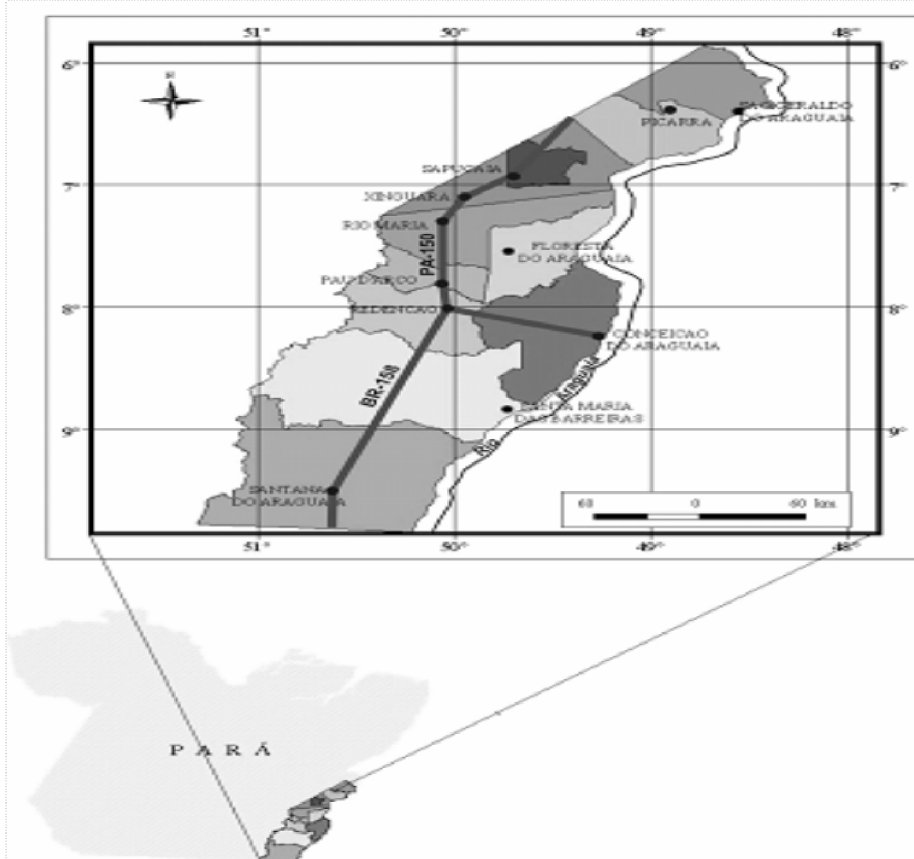


Figura 1 – Mapa de recorte geográfico da Região Sul do Estado do Pará.

Fonte: Feitosa, T. C. 2003. Adaptado pelo autor.

Por fim, considerando os pressupostos teórico-metodológicos que envolvem uma pesquisa sobre Percepção e Memória Ambientais, convidamos vinte e três moradores, utilizando como critério o reconhecimento social destes quanto ao conhecimento complexo que possuem sobre a região. Dentre os convidados

encontram-se, então, uma maioria que conviveu com as variadas experiências nos movimentos sociais e ambientais da região, mostrando-se sujeitos históricos imersos nas transformações sociais e ambientais na paisagem durante o processo de desenvolvimento local.

O objetivo deste artigo foi, portanto, estudar e problematizar os impactos socioambientais provocados no rio Mariazinha, localizado município de Xinguara/Pará, do ponto de vista da ideologia do progresso e do desenvolvimento regional, registrando e interpretando a memória socioambiental dos moradores mais antigos sobre as transformações ocorridas em sua região a partir, sobretudo, do processo de desenvolvimento local.

2. Pressupostos teóricos e metodológicos

Segundo Marx e Engels (1989), a *ideologia* expressa um conjunto de ideias dominantes existentes na sociedade capitalista e que está presente em todas as ações e compreensões do real empreendidas pela maioria das camadas da população. Em outras palavras, a ideologia fundamenta-se num conjunto de proposições elaboradas na sociedade capitalista e que têm por finalidade ocultar e/ou escamotear os interesses da classe dominante, transformando-os em interesses que passam a ser tidos como coletivos. Segundo estes autores,

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época (p. 78).

Para os autores, de maneira geral, a ideologia atua com o fim de criar uma *falsa consciência* na sociedade, que dificulta, por seu turno, as transformações radicais de que necessita para promover a distribuição igualitária das riquezas produzidas. Assim, tais transformações dependeriam então da superação da ideologia operada a partir da tomada de consciência por toda a sociedade. É essa tomada de consciência que permitiria às classes emergirem para a tomada de poder e, conseqüentemente, contribuir na construção de uma sociedade sem relações de exploração do homem pelo homem, proporcionando a distribuição das riquezas produzidas e gerando, assim, igualdade e melhores condições de vida.

Ao se pronunciar sobre a questão, Whitaker et al. (2010, p. 12-13) argumentam que a ideologia exercida pela classe dominante desempenha um papel crucial na sociedade no sentido de "impedir a tomada de consciência que derrubaria barreiras e colocaria reivindicações indesejáveis para as classes dominantes". Nesse sentido, a ideologia encontra-se presente em toda a compreensão do real por conta dos meios de comunicação de massa que, em todos os tempos da história, se encarregaram de *desinventar* vários momentos históricos da memória social, dos mitos e das tradições presentes na sociedade.

2.1 As Amazônias de diferentes Concepções

Segundo Porto-Gonçalves (2008), existem várias concepções de Amazônias, uma vez que a região é um complexo de diversidades sociais, culturais e ecológicas, de modo que nelas estão presentes vários biomas. Estão também presentes a floresta e o desmatamento, uma Amazônia de pastos tomada pelo latifúndio e uma ocupada por camponeses, a que mata e a que resiste. Uma Amazônia de rios, de várzeas, cerrados, manguezais e das florestas.

Ainda de acordo com esse autor, foi com o consentimento do governo no período do regime militar, valendo-se de um discurso nacionalista, que centenas de empresas investiram na região, com o *slogan* "Integrar para não entregar", ocorrendo a penetração de grandes capitais nacionais e estrangeiros.

Outro autor que colabora profundamente com essa questão, Torres (2011) menciona, em seu estudo sobre um banco de sementes nos roçados da Amazônia, a existência de um contraponto entre a agricultura capitalista e o modo de produção camponês: a convivência nas matas e com os povos indígenas de vastas tradições culturais e ecológicas milenares fizeram com que os camponeses adquirissem um aprendizado sobre o rio, a floresta, as plantas medicinais, os ciclos ecológicos, e outros conhecimentos vitais para garantia da sustentabilidade social e econômica.

Ainda de acordo com Torres, com a penetração das empresas de sementes modificadas geneticamente ocorreu à desqualificação do saber tradicional para a sua apropriação, desde a sabedoria adquirida na seleção natural de plantas e sementes, pela agricultura capitalista; esse dado provocou mudanças desastrosas do ponto de vista ambiental e econômico, uma vez que os frutos de longuíssimas seleções efetuadas pela Natureza e pelo Homem foram e são substituídos pelas sementes produzidas em laboratórios de biotecnologia do "primeiro mundo".

Segundo Leff (2001 apud TORRES, 2011), o monopólio das sementes praticado por grandes empresas multinacionais põe em risco a biodiversidade e compromete a sustentabilidade econômica de camponeses, uma vez que estes perdem o contato com as sementes, sendo obrigados a submeterem-se ao mercado de produtos e sementes modificadas geneticamente e "estéreis", ou seja, que não se reproduzem naturalmente, provocando completa dependência do mercado com sérios riscos de encerrar o ciclo de reprodução natural visto que,

O regime de propriedade intelectual promove a apropriação do saber e do conhecimento e, assim, constrói-se uma realidade que "extermina do campo ontológico a produtividade da vida na qual os fisiocratas fundaram uma economia e os povos sua fonte de subsistência, para recodificar e integrar a ordem da vida dentro da cadeia produtiva e da racionalidade econômica que domina o mundo globalizado" (idem, p. 131).

Em suma, o que está ocorrendo com as populações tradicionais é a completa descaracterização de suas formas de produção, de sua cultura. A agricultura capitalista moderna vem ocupando cada vez mais espaço no cenário agrário brasileiro, comprometendo sobremaneira as formas de produção tradicionais.

2.2 As contribuições do estudo de Memória: a História Oral e a utilidade do diário de campo

Afinal, o que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve (PASCAL, 1988, p. 52).

Parolin e Bellini (2010) argumentam que em estudos de Memória Social e Ambiental podemos capturar apenas uma abundância de imagens e cores representativas de algumas poucas frações, retalhos ou distorções que se descortinam diante de nossos olhos ante a impossibilidade de recompor um determinado passado por inteiro.

Segundo as autoras, apesar das dificuldades de se trabalhar com fontes orais, o estudo de memória tem se constituído em um importante meio para a recuperação do que vários autores denominam de "história vista de baixo". Essa concepção metodológica é reforçada por vários outros autores e permite-nos reconstruir a história de determinado grupo social,

(...) uma história que abarque os conflitos e a vida de pessoas até então excluídas dos grandes compêndios de História. É nesse sentido que ao pensarmos na memória como um instrumento para resgatar as relações entre homens e natureza, a dimensão do esquecimento pode nos revelar o nível de exclusão da natureza pelo homem. (PAROLIN, BELLINI, 2010, p. 139).

No ensaio *A desinvenção da tradição: esquecimento e memória na história oral*, Whitaker (2010, p. 47-67) argumenta que esquecer a história da memória social brasileira é negar a sua própria existência, uma vez que a memória social é compreendida como a perda de contato com os grupos sociais. Em outras palavras, quando se nega a possibilidade de reconstruir a história de grupos sociais, ocorre o desaparecimento da memória coletiva, o que é denominado pela autora como esquecimento.

No artigo *O diário de campo e a memória do pesquisador*, Lopes et al. (2002, p. 131-134) mencionam a necessidade e o esforço que se deve ter na descrição dos dados da pesquisa a partir das contribuições teóricas etnográficas de Geertz (1978). Em outras palavras, argumentam que a utilização dos dados do diário de campo não possui uma metodologia específica para a sua apropriação e que tais dados também não são homogêneos, uma vez que cada pesquisador utiliza diferentes estratégias na confecção e no registro dos dados que advêm de suas observações.

Esse instrumento de observação, no entanto, tem se destacado de maneira eficiente no registro e na coleta de dados, mostrando-nos o quão tal técnica vem contribuindo à reflexão, com destaque para uma profundidade nos estudos da realidade de moradores de áreas rurais:

(...) O movimento de compreensão da realidade através do Diário de Campo não se esgota na relação de complemento, triangulação e explicação dos dados. Avança em direção ao movimento dialético entre um olhar mais aprofundado e o olhar atento do pesquisador sobre a realidade. Passa pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada. E por fim, culmina auxiliando a realização do processo interpretativo (ou análise) do pesquisador (LOPES *et al.*, 2002, p. 134).

De acordo com Menezes (2010), a partir da contribuição do pensamento de Geertz (1997) e seus estudos de Etnografia, as interpretações sobre a realidade pesquisada são leituras de segunda ou terceira mão, uma vez que a primeira mão queda com o sujeito pesquisado, existindo ainda a necessidade de se fazerem constantemente aprendizados metodológicos para melhor compreender os desafios da arte de ouvir considerando que "(...) o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral" (PORTELLI, 1997 apud MENEZES, 2010, p. 17).

Ao entrevistar pessoas estamos, portanto, lidando com seres humanos dotados de conhecimentos histórico-culturais, de valores e sentimentos que se fazem presentes nesse diálogo. Apesar de toda a aproximação que podemos ter com o nosso entrevistado, ele sempre observará as pessoas fora de seu mundo como *estranhas* ao seu modo de vida, daí porque a entrevista é geralmente um momento de tensão e expectativas, o que torna o ambiente rico, aumentando a experiência e a reflexão do pesquisador e, também, do pesquisando.

Citando as contribuições de Berger (1973) em seus estudos sobre a realidade da vida cotidiana dos indivíduos, Menezes (2010) afirma que esse conhecimento oferece-nos perspectivas metodológicas sobre a análise das interações entre pesquisador e pesquisando considerando, por exemplo, a necessidade do encontro face a face que, segundo a autora, proporciona a reciprocidade contínua dos atos de fala, favorecendo o acesso à subjetividade dos atores envolvidos (postura corporal, silêncio, tom de voz, etc.).

Por não existir uma fórmula própria para se construir e interpretar narrativas, o que se impõe é a necessidade da compreensão do "outro" em sua profundidade, discussão esta longe de ser um consenso em meio aos debates nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia e na História Oral. Menezes (2010, p. 43), entretanto, afirma que,

(...) o respeito do pesquisador ao entrevistando exige sensibilidade, perspicácia e sensatez no encontro face a face, mas essas sensibilidades não são inatas ao pesquisador e nem aos seres humanos, mas são constituídas no próprio fazer-se dos pesquisadores e suas diferentes fases de formação acadêmica, humana e política.

Por meio de uma reflexão sobre a postura ética entre o entrevistador e o entrevistado, entre a ansiedade do pesquisador e a busca por dados, a autora nos alerta, assim, para o risco ou os equívocos metodológicos que podem ser cometidos diante dos sujeitos que se colocam para o pesquisador. Com essas preocupações em mente, construímos nossa postura em relação ao tema e apresentamos nossos resultados.

3. Sul do Pará: indígenas religiosos e sertanejos

De acordo com José Audrin (1946), Santos (1996) e Vaz (2013), as vastas áreas de terras do sul do Pará foram, no passado, territórios dos povos indígenas Kayapós e Carajás que, desde meados do século XIX, já haviam estabelecido contato com os sertanejos, navegadores e aventureiros do rio Araguaia ainda no Estado de Goiás. Tais povos indígenas estabeleceram os primeiros contatos com os dominicanos na região de Conceição do Araguaia, no final do século XIX, quando estes fundaram o Centro Catequético Indígena ao lado esquerdo do rio Araguaia, em 1896.

Audrin (1963) e Vaz (2013) demonstram que os primeiros habitantes a ocuparem a região do Araguaia paraense foram grupos de sertanejos de origem nordestina, os quais penetraram pelos sertões em busca de áreas de pastagens para o gado. Ainda segundo esses autores, tais grupos de famílias sertanejas pastoris, em sua maioria de origem baiana provenientes do vale do rio São Francisco, estabeleceram-se inicialmente na região de Pastos Bons, no Maranhão. À medida que surgiram novas gerações, as novas famílias avançaram para territórios vizinhos até atingir o norte de Goiás.

Sublinhamos também que, no final do século XIX e início da primeira década do século XX, ocorreram violentas disputas por terras entre as oligarquias do antigo norte de Goiano na região de Bela Vista. Esses conflitos influenciaram os sertanejos, pequenos produtores de gado e camponeses – que não estavam interessados nessas disputas entre famílias oligárquicas locais – a migrarem para o sul do Pará em busca de novas terras. Assim, vários grupos de famílias "levando algumas cabeças de gado em pequenas embarcações" (VAZ, 2013, p. 30)

cruzaram o rio Araguaia e penetraram em terras paraenses no sul do Estado.

Para Audrin (1963), Ianni (1978) e Santos (1996), até a década de 1950 predominava em toda a região de Conceição do Araguaia uma economia pastoril e extrativista, praticada por pequenos, médios e grandes criadores de gado nos campos nativos de cerrados.

Prado Júnior (1994) salienta que a colonização do Brasil pelo interior se deu por duas frentes distintas, uma baiana e outra pernambucana. De acordo com esse autor, foi a frente baiana que atingiu o São Francisco, avançou pelos campos do Piauí e do Maranhão, até alcançar o norte de Goiás. Assim, os camponeses provenientes ou descendentes de nordestinos, com experiência de séculos de pecuária pastoril, atravessaram o Araguaia no final do século XIX e estabeleceram-se na região em período anterior à chegada dos religiosos Dominicanos.

Segundo Frei Audrin (1946), a Ordem Dominicana instalou-se no Brasil em junho de 1881, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. Por volta de 1896 essa Ordem recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de ensaios da catequese dos povos indígenas Carajás e Kayapós presentes na região do rio Araguaia. Os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainartz, que iniciaram o percurso do rio Araguaia de Goiás até o Estado do Pará em busca dos povos indígenas no ano de 1888, fundam em 1897 a cidade de Conceição do Araguaia.

Em fins de Janeiro de 1888 frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do Centro Catequético Indígena, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro nasceria, um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia. (SANTOS, 1996, p. 101).

De acordo com Vaz (2013), os indígenas Irá-Amráire Kayapó já estavam habituados com a presença de alguns religiosos, sobretudo os Capuchinhos, que já haviam entrado em contato com "os brancos" desde as missões de exploração geográfica realizadas na região principalmente pelo General Couto Magalhães, em um período no qual se tentou viabilizar a navegação entre os

Estados do Pará e Goiás. Os registros de Couto Magalhães mostram que já havia algum contato entre os Kayapós e Carajás e os aventureiros e exploradores que navegavam pelo Araguaia (MAGALHÃES, 1934).

Vaz (2013) considera ainda que os registros oficiais que se tem sobre os moradores remetem à vila pastoril de Santana da Barreira, no território de Conceição do Araguaia, e datam de 1896. Esses registros foram feitos pelo explorador francês Henrique Coudreau, contratado pelo governo do Estado do Pará para explorar possíveis áreas de caucho e traçar os limites do Estado com o vizinho Goiás.

Mais de um século nos separa da chegada de Frei Gil Villanova que, em 1897, desembarcou nas barrancas do rio Araguaia e, repetindo o gesto dos portugueses descobridores do Brasil, celebrou a primeira missa debaixo de um enorme pequizeiro, um marco na abertura da fronteira da Amazônia sul paraense efetivada na fundação da cidade de Conceição do Araguaia (IANNI, 1978).

Se pudéssemos apreender a percepção ambiental de Frei Gil na sua chegada à região, imaginariamos que este presenciou uma paisagem pouco habitada por extrativistas de seringa de caucho, de "drogas do sertão" (salsaparrilha, cravo, canela, cacau, guaraná, urucum, raízes, essências, erva medicinais, óleos geralmente extraídos da natureza por meio da exploração da mão de obra indígena) e exploradores de peles. Naquele período era possível contemplar toda a região praticamente intocável: a vastidão dos campos e cerrados, as florestas, as praias de águas doces, o rio Araguaia e suas dunas de areias e vazantes.

Por séculos esta vasta região territorial da Amazônia, com mais de 205.000 km² e habitada pelos povos indígenas Carajás e Kayapós, permaneceu coberta por imensas áreas de cerrado, florestas de castanhais, cauchos, seringueiras, mognos, jatobás e ipês que, em uma harmonia perfeita e equilibrada, se estendiam sobre a região mudando a paisagem apenas de acordo com as estações do ano e entre verde escuro no inverno e verde cinza no período de verão.

Frei Gil e os poucos habitantes que se dedicavam ao pastoreio e ao extrativismo de formas diversas tiveram, então, a oportunidade de presenciar um ecossistema completo formado por rios, córregos e igarapés límpidos; eram habitados por várias espécies de animais, peixes e pássaros que conviviam em uma harmoniosa e equilibrada relação. A geografia local e a vegetação dos campos de transição do sul do Pará surgem também com bastante evidência na descrição da paisagem local, conforme ilustra Audrin (1946, p. 83):

(...) abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados "capins". Manadas

de veados pastavam por aí sem medo; grupos de emas e seriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos "barreiros" ricos de salitre (...)

Pouco mais de um século depois da primeira missa de Frei Gil, o território que antes pertencia aos povos indígenas Carajás e Kayapós encontra ocupado por migrantes das mais diversas regiões do Brasil. A ocupação do "vazio demográfico" e da penetração do capital na região atraiu migrantes para a nova fronteira em busca de terra, trabalho e melhores condições de vida.

3.1 Extrativismo e ocupação a partir do município de Conceição do Araguaia

Segundo o IBGE (2010), atualmente o sul do Pará possui 16 municípios com população estimada em 420.000 habitantes, a maioria migrantes que em apenas três décadas transformaram milhões de hectares de vegetação natural em áreas de pastagens para a criação extensiva de gado.

A região tornou-se, então, vítima dos desastres ambientais em função do modelo de desenvolvimento implantado à época dos Governos Militares e que não considerou neste cenário o planejamento para a ocupação do território ou o respeito às populações locais que já ocupavam a região, permitindo que o "progresso" conduzisse a esse quadro atual de destruição, pautado na pecuária que tem se mostrado cada vez mais alheia à distribuição de riquezas e à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Dentro deste contexto, o sul do Pará não é uma exceção. Para recuperar a trajetória da ocupação de sua fronteira com maior enfoque para a questão ambiental, trataremos neste trabalho do processo de degradação ambiental partindo de Conceição do Araguaia, uma das primeiras cidades desta região.

De acordo com Ianni (1978), a ocupação do território inicialmente se deu por coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos e viajantes que habitavam as margens do rio Araguaia desde a segunda metade do século XIX. Do ponto de vista ambiental, as práticas agrícolas de subsistência e de criação de gado em pastagens naturais de campo cerrado de então não proporcionaram grandes alterações na paisagem local.

No final do século XIX, os produtos extrativistas encontrados na região – como o caucho (*Castilloa elástica*), a seringa (*Hevea brasiliensis*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) – começam a ganhar

importância econômica no mercado amazônico, e com isso a região atrai cada vez mais um grande número de migrantes (IANNI, 1978).

Ao contribuir com essa questão, Loureiro (1992a; 1992b), argumenta que o extrativismo se desenvolveu por meio de uma prática comercial conhecida em toda a Amazônia como *sistema de aviação*. Este sistema econômico consistia em trocas de mercadorias por produtos a serem explorados, onde o comerciante (conhecido como *aviador* por ser proprietário das casas aviadoras) adiantava as mercadorias necessárias aos trabalhadores do seringal ou de áreas de castanhais, recebendo em troca toda a produção em castanhas e outros produtos. Este sistema de trocas comerciais de mercadorias gerava, então, uma completa dependência econômica entre os trabalhadores do seringal e os proprietários das casas aviadoras.

Em 1904, foram descobertas zonas riquíssimas de exploração de caucho na região de Conceição, se estendendo nas florestas entre os rios Araguaia e Xingu para formar o que os aventureiros descreveram na ocasião como a "mesopotâmia paraense", local com grande concentração de árvores que se tornou atrativo para populações de extrativistas no período em que se deu uma corrida desenfreada a esses campos:

Não somente a cidade crescerá, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam-se multiplicar-se os sítios e fazendas. As matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada "cabeceira", em cada "campestre" fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros. Era a verdadeira "marcha para o oeste", cujo resultado foi o encontro dos araguaaios com os caucheiros do Xingu, nas florestas amazônicas. (AUDRIN, 1946, p. 95).

As atividades mercantis da exploração da borracha de caucho e da castanha mudaram a lógica da região que, antes agropastoril, passa a ser superada por atividades econômicas do modo de produção capitalista que, embora incipiente, não respeita nem mesmo os povos indígenas que recebiam a proteção dos missionários dominicanos então instalados nos arredores: "a mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa, gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos" (IANNI, 1978, p. 28), uma vez que esses religiosos perderam o "controle" sobre o poder político, administrativo e espiritual da nova cidade; ou seja, nem a proteção

religiosa foi suficiente para impedir os desmandos dos donos de seringais.

Criou-se, então, uma espécie de oligarquia local na região, onde as instituições públicas do Estado praticamente não existiam, uma região sem lei e sem ordem em que proprietários das casas aviadoras simplesmente dirigiam sua atenção para a obtenção do maior lucro possível a custo da exploração, das doenças e da dizimação dos povos indígenas.

De acordo com Silva (1959), nas margens do rio Araguaia no Estado do Pará encontravam-se "palhoças provisórias", coletoras extrativistas, pescadores e pequenos criadores que se dedicavam à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado nos campos naturais de cerrado.

3.2 Os Grandes Projetos e as mudanças no cenário regional a partir de 1950

As grandes transformações nas estruturas fundiária, social e econômica do sul do Pará começaram a ocorrer a partir de 1950, quando o Governo Federal criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), órgão que tinha a missão de planejar as ações de desenvolvimento para a região através de uma política de integração à nação.

De acordo com Silva (2008), a partir da década de 1960 os governos do Estado e posteriormente os militares concederam grandes extensões de terras que atingiram a região do Araguaia paraense na década de 1960. Essas concessões ocorreram a partir da constituição de várias empresas e agências do centro-sul, sobretudo as formadas por empresários paulistas interessados na especulação e venda de grandes fazendas para a implantação de lavouras de café em áreas de florestas, em função da queda de produtividade na região de Bragança Paulista.

Os corretores de terras João Lanari do Val, Nicolau Lunardelli e Carlos Ribeiro chegaram a adquirir junto ao governo do Pará a concessão de quase um milhão de hectares de floresta na região de Conceição do Araguaia. João Ramalho, morador da região do Araguaia paraense, narra a respeito de seu conhecimento sobre o contexto desse período:

(1) O Aurélio do Carmo era o governador na época e o Aurélio foi para São Paulo com o estafe dele, os secretários e fez uma reunião com o setor industrial em São Paulo, oferecendo investimentos no Pará, sobretudo terras, grandes quantidades de terras. (...) para fazer a expulsão daqueles moradores que foram para lá no século XIX ainda com Frei Gil Villanova, famílias que foram para a região em 1897 e

estavam lá em 1960, pequenos coletores, criadores que abasteciam de carne inclusive de gado currealeiro a própria cidade, né? Resultado: para expulsar esse povo, expulsar da forma mais cruel que você pode imaginar, por exemplo, o caboclo estava no seu cavalinho pangaré tocando o seu gado, eles entravam na região onde podiam andar de jipe açoitando aquele proprietário daquela terra que quando chegou lá só tinha os índios e eles viviam harmoniosamente sem nenhum problema (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21 de abril de 2013).

Ao contrário das grandes empresas e corretoras, os pequenos criadores agropastoris, posseiros e pequenos produtores que ocuparam essa região desde o final do século XIX não se preocupavam com titulações. Não restam dúvidas de que os conflitos que ocorreram a partir de 1960 estão associados à ocupação do território por empresas que passaram a disputar o espaço com antigos posseiros.

As famílias descendentes dos criadores de gado e os camponeses que habitavam os campos naturais do sul do Pará, desde o final do século XIX, por não possuírem títulos de propriedade, das terras em que viviam apesar da ameaça decorrente do capitalismo nessa região da Amazônia, ainda manteriam suas posses por alguns anos. Isso porque no início desse movimento as corporações imobiliárias, agências e corretores estavam, na verdade, mais interessados na apropriação, especulação e comercialização nas regiões cobertas pela floresta tropical, porque nelas é que se encontravam os solos agricultáveis. (SILVA, 2008, p. 10).

De acordo com Figueira (1986), Loureiro (1992a; 1992b) e Vaz (2013), até a década de 1950 não havia interesse econômico por essa região no que diz respeito à ocupação da terra, pois "(...) nesse tempo não havia preocupação quanto aos limites das terras, às demarcações ou aos papéis de domínio", ou seja, a população agropastoril e extrativista pouco se preocupava com demarcação, documentação e beneficiamento da terra.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses junto ao governo do Estado. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação

de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam (VAZ, 2013, p. 57).

Em outra abordagem, Audrin (1963) argumenta que a documentação não despertava a ambição dos habitantes camponeses e extrativistas. Em síntese, nos primeiros cinquenta anos de ocupação dos campos e florestas no século XX, praticamente não ocorreram mudanças profundas no que diz respeito à forma de produção agrícola e às atividades pastoris em todo o sul do Pará.

Sem dúvida, a chegada dos grandes projetos outorgados pelo Governo Federal por meio de incentivos fiscais teve início a partir de 1960, quando os governos Federal e Estadual concederam grandes extensões de terras para grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil. Estas concessões marcaram o início de uma nova realidade social, econômica e ambiental, uma vez que juntamente com a chegada das grandes empresas tiveram início as grandes devastações, como narra o morador abaixo:

(2) (...) a bolsa de negociação nem era em Belém, era em São Paulo. A bolsa de negociação das glebas eram de 900 alqueires, você sabe o que é isso? 900 alqueires goianos? São 48.400 metros quadrados por cada alqueire, pega 900 e multiplique por 5, são 45.000 hectares, meu amigo. Aqui, a Fazenda Mata Verde, Mata Geral, que hoje é uma vila, foi desapropriada e conseguiu naquela época 91.000 mil alqueires. Olha só, para se ter uma ideia a Mata Geral, que era do Grupo Lunardelli de São Paulo, grupo Lunardelli de família tradicional de São Paulo e rica. Agora você imagina o despropósito que era isso de 91.000 alqueires, eles tinham 91.000 cabeças de gado, era uma cabeça por alqueire, imagine! Isso é um absurdo! Hoje, do ponto de vista do rendimento, isso era zero e a forma como foi derrubado isso, olha só os atores que entraram (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21 de abril de 2013).

Por outro lado, Vaz (2013) observa que os criadores tradicionais de gado da região do Araguaia tiveram seu sistema de produção afetado com a instalação das empresas agropecuárias, uma vez que anteriormente as relações entre o proprietário criador e o vaqueiro funcionavam em um sistema de partilha

conhecido como "sorte", onde no final do ano dividiam-se os animais que nasciam durante a prestação dos serviços do vaqueiro. A chegada da empresa agropecuária nos moldes capitalistas de produção provocou várias mudanças nessas relações tradicionais.

Outra mudança drástica no sistema pecuário foi nas relações de trabalho, principalmente na forma de pagamento pelos serviços. Moreira Neto (1960) aponta que a frente pastoril mantinha a tradição de pagar os vaqueiros, os quais cuidavam diretamente do rebanho, oferecendo uma parte dos novos animais que nasciam sob sua responsabilidade. Esta nova frente de empresários e corretores passou a incorporar estes trabalhadores em suas fazendas, como funcionários. A primeira grande ruptura nas relações de trabalho, quando o vaqueiro passou a ser um trabalhador assalariado e não mais um "parceiro" de produção do fazendeiro, modificou definitivamente as possibilidades que até aquele momento uma família comum tinha: dedicar-se a uma pecuária familiar, com um rebanho formado pelas novilhas dos "pagamentos" e, dependendo da situação, podiam ampliar a quantidade de bovinos (VAZ, 2013, p. 57-58).

Segundo Hébette (1992), com os governos militares no poder a concessão de grandes extensões de florestas por grandes grupos econômicos, por meio da apropriação ilegal no sul do Pará conhecida como "grilagem", deu margem aos conflitos fundiários. Fatores sociais e econômicos como a abertura das rodovias, os incentivos fiscais e o discurso ideológico do governo contribuíram para atrair milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida.

Outro autor que discute essa questão, Pinto (2012), enfatiza que a migração dos nordestinos foi acompanhada por uma forte propaganda ideológica. O argumento serviria para justificar as verdadeiras intenções dos militares de se apropriarem das imensas riquezas naturais da região por meio do incentivo e penetração de grandes capitais nacionais e internacionais. Nesse sentido, o incentivo para trazer os nordestinos serviria para aliviar as tensões sociais sobre as terras das elites nordestinas localizadas na Zona da Mata.

Era preciso atender as levas de sertanejos tocados do interior pela fome e a miséria, que se projetavam ameaçadoramente como vagas incontroláveis sobre as cidades do litoral e as ricas propriedades rurais da Zona da Mata. Guardando o papel do discurso, Médici ofereceu uma solução em 1970. A

Transamazônica. Os nordestinos seriam recrutados para construí-la como peões e também seriam assentados às suas margens como colonos. Teriam trabalho, terra e renda. O governo de direita do Brasil lhes atenderia com aquilo que seria a bandeira das massas russas revoltadas contra o czarismo milenar, que, seis décadas antes, provocaram o surgimento do primeiro governo socialista no mundo. O nordestino abandonado e maltratado finalmente se transformaria em dono e de seu pedaço de terra, livrando-se do proprietário explorador. Não na sua terra natal. Na distante desconhecida e misteriosa Amazônia. (PINTO, 2012, p. 72).

De acordo com Pinto (2012), a partir de 1970, e ao mesmo tempo em que os governos militares desenvolveram os Programas de Desenvolvimento Agrícola, também se priorizou a penetração de grandes capitais, incentivando a ocupação de terras por grandes empresas agropecuárias nacionais e estrangeiras. Assim, grandes grupos econômicos estimulados por incentivos fiscais instalaram-se na Amazônia.

No caso específico do sul do Pará, na década de 1960 instalam-se dezenas de projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais em um curto período de tempo. Esses projetos de grandes empreendimentos ocuparam imensas extensões de terras, as quais já habitadas por populações locais há décadas, conferindo uma nova dinâmica de ocupação onde "(...) vê-se então todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados tornarem-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantas outras (...)" (HÉBETTE, 1992, p. 121-122).

Ressalta-se ainda que a questão fundiária da região também foi marcada pela omissão e pela morosidade dos poderes públicos do Estado representados nas esferas federal e estadual (PINTO, 1980), o que reforça o argumento de que o Estado, por meio de suas agências financiadoras e de gestão, privilegiou os grandes investimentos, beneficiando apenas grupos econômicos.

3.3 Fronteira e Frente de Expansão

Buscamos discutir o conceito de *fronteira* na Amazônia que se enquadra no contexto do sul do Pará, sobretudo a partir das mudanças que nela ocorreram a partir da segunda metade do século XX e a partir da compreensão de autores da Geografia e da Sociologia, dentre eles Velho (1976), Martins (2006 e 2012) e Becker (2009). As definições apontadas por esses autores demonstram que as análises sobre a Amazônia devem levar em consideração a atualidade desse

conceito, de modo que a *fronteira* não se restringe às questões geográficas por constituir-se *fronteira* de diferentes coisas:

(...) É também lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento, do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos, já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão "do outro lado", e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 10).

Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Amaral (2010), utilizando-se da concepção de Velho (1976), argumenta que a ideia de *fronteira* não pode ser compreendida apenas como uma fundamentação econômica e geográfica, pois se funda em uma inter-relação entre os diferentes momentos da história.

Em uma tentativa de avançar ainda mais nessa discussão, Velho (1976) substitui o conceito pelo debate sobre *fronteira em movimento* uma vez que, segundo ele, a região Amazônica deixa de ser apenas extrativista/mineral para ser alcançada pela frente agropecuária, recebendo novos atores como os camponeses. Vale ressaltar, ainda, que o autor alerta-nos para o detalhe de que isso ocorreu com a presença de contradições e conflitos diversos:

(...) Deve ser dito que essa ocupação camponesa não foi inteiramente pacífica. Devido a choques anteriores com coletores de borracha e castanha, os grupos indígenas já estavam muito reduzidos numericamente nessa área a ser alcançada pela fronteira (nessa época, talvez uma frente de expansão) camponesa nos anos 50 e nenhum problema significativo surgiu da parte deles (Laraia e Matta, 1967); pelo menos do ponto de vista dos camponeses. Mas houve problemas com grandes "donos" de castanhais e criadores de gado. Toda espécie de conflito surgiram. Em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação. Por vezes era empregada a violência aberta com a destruição de plantações pelo gado e a queima das casas. Mortes também ocorriam. (VELHO, 1976 *apud* AMARAL, 2010, p. 113).

Por outro lado, Vaz (2013), interpretando a obra de Martins, chama-nos a

atenção para a compreensão do termo fronteira ao afirmar que esse conceito vai muito além das *frentes de ocupação*. No seu sentido amplo, "navega" para algo "desejado" e/ou "inatingível", o que reforça a ideia de migração permanente. No caso particular do sul do Pará, a *fronteira* já se expandiu para outras regiões distantes como São Félix do Xingu, Anapú e Novo Repartimento. De acordo essa autora:

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (VAZ, 2013, p. 62).

Em síntese, Amaral (2010) e Vaz (2013), pautados nas concepções de Martins, esclarecem que há diferenças entre o que esses autores consideram como os conceitos de *Fronteira*, *Frente de Expansão* e *Frente Pioneira*. Enquanto que para os geógrafos a *Frente de Expansão* é vista como uma das fases da reprodução ampliada do capital, os antropólogos, ao contrário, entendem que a *Frente de Expansão* é vista como uma face da fronteira, não devendo ser entendida caracteristicamente como capitalista, mas sim como redes de trocas e relações comerciais. Os antropólogos referem a *Frente de Expansão* como fronteira demográfica. Assim, entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica é que se encontra e se apreende o que seria a Frente de Expansão.

3.4 O município de Xinguará/PA

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Xinguará faz parte da micro-região de Redenção, sendo localizado na latitude 07°05'45" sul e na longitude 49°56'45" oeste. Limita-se ao norte com os municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis; ao sul com o município de Rio Maria; a leste com o Município de Piçarra e o Rio Araguaia (Estado do Tocantins) e a oeste com os municípios de Água Azul do Norte e Ourilândia do Norte. Situa-se a 629 km ao sul de Belém,

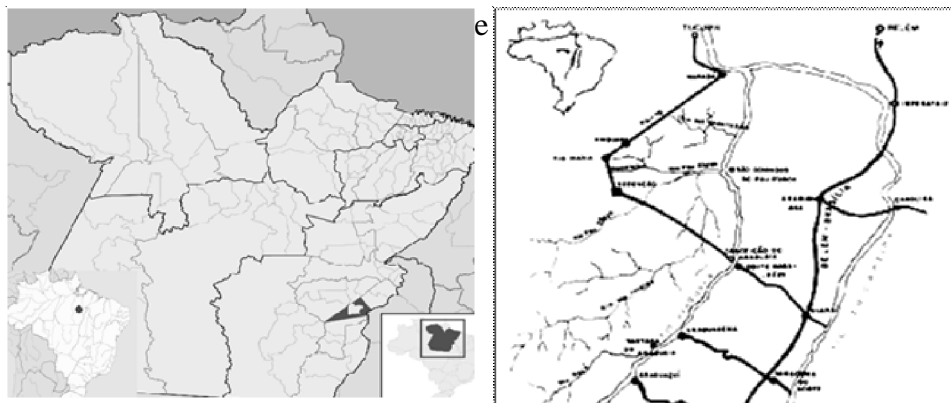


Figura 2 – Localização do município de Xinguara no Estado do Pará e região.
Fonte: IBGE, 2012.

Ainda segundo dados do IBGE, o município integra a área da Amazônia Legal e possui uma densidade demográfica de 10,74 hab./km² em uma área de aproximadamente 3.779 km², onde encontramos uma população de 40.573 habitantes, sendo 77,6% fixados na zona urbana e 22,4% na zona rural.

O município está inserido na bacia do Tocantins-Araguaia, cujo eixo drenante constitui limite com o Estado do Tocantins. A sub-bacia do Mariazinha localiza-se, por sua vez, na mesorregião Araguaia Paraense, cobrindo uma área de aproximadamente 5.825 km² e inserindo-se nos municípios de Xinguara e Rio Maria.

A evolução histórica do município pode ser caracterizada por ciclos econômicos ancorados, cronologicamente, em produtos como a madeira, os garimpos e a pecuária extensiva. Assim, a partir de 1976, Xinguara recebe grandes madeireiras do Centro-Sul instaladas através dos incentivos fiscais financiados pela SUDAM. Na década de oitenta, com a descoberta de garimpos de ouro no município, atraem-se muitos migrantes para a região e, posteriormente, destaca-se a pecuária extensiva praticada por pequenos, médios e grandes proprietários rurais.

Segundo relatos de moradores, a floresta da região era algo temeroso e desafiador devido à sua grande diversidade de plantas e animais. Sua densidade era composta por árvores que atingiam de 20 a 40 metros de altura tornando-se um obstáculo natural à ocupação. Os primeiros exploradores que chegaram nessa região em busca de ouro e madeiras eram também conhecidos

popularmente pelos moradores mais antigos como "mariscadores", caçadores de peles de animais como o *Gato-do-mato* e famosos pelas habilidades em lidar com bestas ferozes; partiam em busca desses produtos desde Conceição do Araguaia até São Félix do Xingu, a cerca de 600 km das zonas habitadas, em extensas jornadas de penetrações pelas selvas amazônicas, relatadas em detalhes e longas páginas por Frei José Audrin (1963).

Esses exploradores aventureiros penetravam pela mata geralmente no início do mês de abril, quando começava o verão amazônico, e chegavam a passar seis meses pesquisando garimpos, demarcando áreas de madeiras nobres como o mogno e caçando animais. Nesse período, a pele tinha um grande valor no comércio local, sobretudo o *Gato Maracajá*, a *Onça Pintada* e o *Veado Mateiro*. Esses mariscadores tiveram um papel importante na ocupação da região porque foram os primeiros a fornecer informações para a penetração de extrativistas e garimpeiros, servindo de guias para a entrada de madeireiros na busca por caminhos melhores para a abertura de estradas.

O nome Xinguará é uma homenagem aos dois grandes rios Xingu e Araguaia, e está inserido na região denominado pelo aventureiro e pesquisador paulista Hermano Ribeiro da Silva que, em 1932, quando de passagem por Conceição do Araguaia, denominou a região de *mesopotâmia paraense*.

3.5 A Guerrilha do Araguaia e suas repercussões

De acordo com Sader (1990) e Peixoto (2011), a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado liderado por membros do Partido Comunista do Brasil, PC do B, que teve como líder Osvaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão". Esse movimento, ocorrido entre os anos de 1969-1973, se opôs às forças de repressão dos governos militares no distrito de São Geraldo do Araguaia nos Estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, na região conhecida como *Bico do Papagaio*, uma das regiões de maiores conflitos pela terra no Brasil.

Em síntese, o movimento pretendia organizar os camponeses, indígenas e castanheiros locais com o objetivo de formar uma força de resistência para enfrentar as Forças Armadas que se encontravam no poder político no Brasil desde 1964:

(...) segundo o general Viana Moog, citado por jornalistas da revista História Imediata (nº1), "foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB" na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. A área de atuação da guerrilha estendia-se pela margem esquerda do Rio

Araguaia, portanto no Pará, desde São Geraldo (abrangendo Xambioá em Goiás, na margem direita) até Marabá. A região do Bico do Papagaio – nessa época pertencendo ao Extremo Norte de Goiás, hoje fazendo parte do Estado de Tocantins – recebeu a visita das duas partes em conflito: militares e guerrilheiros (SADER, 1990, p. 3).

Para Peixoto (2011), o movimento armado da guerrilha serviu de inspiração para as organizações camponesas que nela encontraram a possibilidade de permanecer na terra, uma vez que a partir da instalação de grandes empresas agropecuárias foram expulsos e/ou despejados pela justiça dos jagunços armados a mando de latifundiários. Com o fim da guerrilha, os camponeses enfrentaram uma "segunda guerra", a guerra contra os latifúndios, que se apoderaram das imensas áreas de terras do baixo Araguaia:

Os crimes da chamada 'segunda guerra' continuam impunes e quase esquecidos, não fossem os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo. Logo após a guerrilha, já em 1976, intensificaram-se muito as ocupações de terra na região. E os conflitos e assassinatos também. Quase mil trabalhadores foram assassinados desde 1975. Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. Há apenas um mandante preso, o Bida, envolvido no assassinato da irmã Dorothy. (PEIXOTO, 2011, p. 486).

Do ponto de vista da terra, a Guerrilha do Araguaia (assim como as orientações religiosas ligadas à Teologia da Libertação) representou um marco importante na resistência camponesa contra a dura repressão dos latifundiários e militares. Muitas organizações de trabalhadores da região encontraram na guerrilha as estratégias necessárias para fortalecer suas formas de organização e resistência no enfrentamento direto com os latifundiários e os grileiros da região (SADER, 1990; PEIXOTO, 2011).

Segundo esses autores, apesar da intensa repressão do Exército e a execução dos guerrilheiros, os trabalhadores rurais adquiriram uma larga experiência na luta pela terra, aprendizado que culminou, posteriormente, na conquista de várias glebas de terras desapropriadas para o assentamento de milhares de famílias de modo que as lições da guerrilha, fortemente presente no imaginário das populações rurais locais, deixaram como legado um forte movimento de resistência e luta

pela Reforma Agrária presentes ainda nos dias atuais.

No município de Xinguara, por exemplo, o *Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins* (GETAT), criado em 1980 pelo Decreto-lei nº. 1767, manteve um escritório durante décadas, para coordenar a demarcação e a distribuição de terras e títulos de propriedades, assentando milhares de famílias em áreas oficiais como os assentamentos Tupã, Gleba 10, Vermelho e Preto, Araguaxim, Araguari, entre outros.

3.6 A Ocupação do Baixo Araguaia

Para entendermos o contexto ambiental da sub-bacia do rio Mariazinha, torna-se fundamental compreendermos a ocupação do baixo do Araguaia descrita em várias literaturas regionais. Segundo a denominação histórica e geográfica utilizada por diversos autores, define-se por Baixo Araguaia a grande faixa de terras que corresponde à margem esquerda paraense do rio Araguaia e alonga-se de Conceição do Araguaia a São Geraldo, estendendo-se por aproximadamente 200 km.

Segundo Amaral (2010), ao longo das duas margens do Araguaia presenciavam-se vegetação e mudança de biomas. A geografia da região apresenta ainda relevo acidentado onde se encontra vasta região de Cerrado que varia desde campos nativos e savanas até a zona de transição com a floresta densa nas imediações entre Xinguara e São Geraldo do Araguaia, sobretudo ao sul e em áreas altas.

Os principais biomas encontrados são o bioma Amazônico e o Cerrado, além de zonas de tensão ecológica (espaços geográficos situados nas interfaces entre diversos ecossistemas) Cerrado-Amazônia. De acordo com Amaral (idem), o Cerrado é praticamente dominante do lado paraense da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, principalmente às margens do rio.

4. Memória e degradação ambiental: como o desenvolvimento local "na Pata do Boi" destruiu um bioma

A área analisada neste artigo corresponde a aproximadamente 5.825 km² inseridos nos municípios de Xinguara e Rio Maria. Como mencionamos anteriormente, as análises apresentadas a seguir foram realizadas por meio da utilização de fontes orais obtidas em entrevistas com os moradores locais. Os questionários foram estruturados obedecendo a um roteiro semiaberto para, em seguida, efetuarem-se as gravações e suas transcrições.

Constituíram também documentos relevantes às diversas anotações registradas em Diário de Campo, ferramenta que se configurou como um instrumento precioso

para o empreendimento de investigações, descobertas e reflexões às quais sucederam uma vez adotados tais procedimentos, a efetuação das análises e a interpretação de seus conteúdos.

4.1 As trajetórias familiares e a ocupação da terra

Os entrevistados, atentamente ouvidos e analisados neste artigo são moradores dos espaços urbano e rural que chegaram à região em meados das décadas de 1970 e 1980, advindos das diversas regiões do Brasil e incentivados a migrarem tanto pelos religiosos do Nordeste, já mencionados anteriormente, como pelas propagandas dos governos que, à época, ofereciam uma série de oportunidades que iam desde a oferta de terra para trabalhar até a possibilidade de emprego e crescimento econômico por meio de uma pequena empresa ou de cargos bem remunerados no serviço público. Neste contexto, portanto, a chance de uma vida nova e cheia de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida soava como certa àqueles que possuíam pouco ou nada em seus lugares de origem.

Podemos caracterizar os moradores da sub-bacia como pioneiros, pequenos proprietários e latifundiários. Os primeiros chegaram com pouco ou nenhum capital em busca de novas terras e, por não se cumprir a propaganda dos militares quanto à "terra próspera", não encontraram outra alternativa para a sua sobrevivência senão por meio da ocupação, sujeitando-se ao grau de violência extrema dos conflitos pela conquista destes espaços, sobre o qual dão conta os relatos dos antigos moradores, encontrados nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O segundo grupo de moradores diz respeito àqueles que adquiriram o direito à terra por meio da compra de pequenos lotes em áreas de assentados ou de propriedades privadas. Finalmente, o terceiro grupo diz respeito aos fazendeiros que adquiriram grandes extensões de terras por meio de concessões e doações do Governo ou mesmo pela compra particular de lotes em áreas de assentamento incorrendo na reconcentração destas terras.

Ressalta-se que uma parcela dos entrevistados ligados às atividades no campo já possuía ligações anteriores com a terra em seus lugares de origem, pois uma boa parte deles outrora possuiu uma pequena propriedade, enxergando na *Frente Pioneira* a oportunidade para expandir seus negócios, comprar um lote maior e/ou adquirir novas áreas por meio do processo de ocupação/doação de terras empreitado por programas de reforma agrária do Governo Federal.

Nas narrativas dos moradores, tornou-se comum registrar relatos de quem

ouviu "alguém" dizer que havia muita terra na Amazônia e que o Governo as estava distribuindo a quem as quisesse. O caso do morador Antônio Neto é exemplar, pois ele narra que seu pai assistia à televisão e ouviu a propaganda de que o Governo distribuía terras na Amazônia, motivo pelo qual seu genitor vendeu a pequena propriedade que possuía no interior do Ceará, fretou um caminhão e viajou com a família para a cidade de Araguaína, onde o dinheiro acabou. Para chegar à Xinguara, seu pai contou com a "ajuda" de um fazendeiro que trouxe a família para trabalhar em suas terras sem garantias de qualquer direito. Passados seis meses trabalhando para pagar as contas, mudou-se para Xinguara, onde trabalhou arrendando terras, em atividades de garimpos e serrarias até conquistar o seu "prometido" pedaço de terra.

As informações fornecidas pelos moradores dão conta de que a maior parte das áreas territoriais, onde atualmente está concentrada a população do Mariazinha, pertencia a empresas madeireiras e latifundiárias do Centro Sul, como a Madeireira Marajoara e o grupo agropecuário conhecido como COMIND, pertencente ao banqueiro paulista Flávio Pinto de Almeida, além de Manoel de Sá Junior de Brasília que, na década de 1970, fez a exploração seletiva de madeiras como o mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrela odorata*) e o ipê (*Tabebuia* sp).

As ocupações por posseiros têm início em 1978, prolongando-se por cerca de dez anos, período em que todas as áreas foram totalmente conquistadas, desapropriadas e distribuídas para a reforma agrária. Esse processo foi gradual e, inicialmente, abarcou as regiões de Tupã, Marajoara e Vermelho e Preto perfazendo um total de 49.546 hectares. Outras ocupações ocorreram mais recentemente ampliando as extensões de terras conquistadas até as margens do rio Araguaia, distante 120 km de Xinguara.

Em relatos emocionantes de suas próprias trajetórias, os moradores narram com orgulho que vieram para Xinguara em uma leva de migrantes oriunda de vários Estados em busca de melhores condições de vida. Algumas famílias dessa "leva", as que se estabeleceram na região do Mariazinha, conseguiram comprar pequenos lotes de 50 hectares, extensão maior do que a que detinham em seu local de origem. A maioria desses moradores, no entanto, não possuía terra alguma e enxergava na ocupação a esperança de conquistar seu próprio lote.

Em linhas gerais, a maioria dos moradores, sobretudo os pioneiros, é proveniente do meio rural em seus Estados de origem onde, desde o século XVIII, partiram do vale do São Francisco e penetraram pelo interior, ocupando inicialmente regiões do Maranhão. As gerações desses migrantes *pastoris* é que

adentraram, então, pelo norte de Goiás até alcançarem, no final do século XIX, os campos naturais de cerrados de Conceição do Araguaia no sul do Pará. Existe uma vasta bibliografia, como as obras de frei José Audrin publicadas em 1946 e 1963, e a publicação de Hermano Ribeiro da Silva, datada de 1934, ambas relatando com profundidade a trajetória e a vida cotidiana de nordestinos pastores, extrativistas e pequenos agricultores pela região.

Outros moradores de migração recente chegaram a partir da implantação dos projetos de desenvolvimento, após 1960, e passaram inicialmente pelo Estado de Goiás, onde trabalharam em pequenas propriedades, em roças de "meia" ou como agregados. Os que possuíam pequenas terras venderam seus lotes e trouxeram pequeno capital na perspectiva de aumentar sua propriedade na Amazônia e, até lá, passaram por diversos lotes de onde eram constantemente expulsos por fazendeiros, quando não abandonados por motivos de doenças como a malária e a febre amarela.

A maior parte dos moradores das margens do Mariazinha configura-se como pequenos e médios proprietários. É o caso do senhor José Constantino, conhecido como José da Penha, que antes de mudar-se para a região havia trabalhado em outras, plantando roça com seus pais em diversos lugares para depois trabalhar em garimpos e chácaras, até conseguir um lote de terra para trabalhar por conta.

A partir de 1980, atenuadas as disputas sangrentas pela terra, os posseiros começaram a derrubar as matas e a efetuar as primeiras plantações. Esse período, que vai de 1980 a 1988, é marcado por grande produção de feijão, milho e arroz e, à medida que as aberturas nas matas iam-se estendendo, começaram a aparecer às primeiras pastagens e a chegar à região as primeiras centenas de gado.

O morador Antônio Vieira Gomes, conhecido como Gauchinho, narra que naquele período as condições de acesso à cidade eram muito difíceis. Até 1989 a área do Mariazinha tinha dificuldade de integração com a cidade por conta de algumas fazendas possuírem proprietários que impediam o acesso por um caminho mais curto, impasse resolvido apenas quando uma comissão de posseiros conseguiu negociar com um fazendeiro vizinho a abertura de uma estrada ligando a região à cidade de Xinguara.

Neste mesmo período começam, então, a surgir instalações de casas comerciais, máquinas para o beneficiamento de arroz, a criação da associação de produtores e a constituição de uma comunidade religiosa onde os moradores passaram a reunir-se e discutir os problemas locais.

Gauchinho relembra que foram os financiamentos que fizeram com que a

maioria adquirisse as primeiras cabeças de gado, o que indica que, com a conquista de crédito junto às agências de fomentos como o Banco da Amazônia e Banco do Brasil, foi dado um grande impulso às atividades agropecuárias, sobretudo a partir da aquisição de rebanhos bovinos para a produção de leite. As lavouras de feijão, milho e mandioca começaram, então, a ser reduzidas para dar espaço às áreas de pastagem.

A partir de 1993, as casas comerciais e as máquinas de arroz foram desativadas devido à abertura de estradas e à implantação de uma linha de caminhão que facilitou o deslocamento até a cidade. Segundo este morador, nesse período já se registrava pequena quantidade de gado em alguns estabelecimentos e as famílias se reuniam constantemente para celebrações, comemorações, festejos e para trabalhos comunitários como a cobertura de casas (barracos), a broca de mata (roçado), a capina de roça e a colheita. Estas práticas começaram a ficar escassas a partir do avanço da pastagem na localidade sem deixarem, contudo, de mostrar relevantes durante o período de instalação das famílias no lote, assumindo-se agora enquanto práticas secundárias.

Como se vê, à medida que as áreas de pastagem foram se desenvolvendo a maioria dos agricultores reduziu suas áreas de cultivo. Atualmente, os agricultores que se dedicam ao plantio de mandioca estão cada vez mais reduzidos, restringindo-se a apenas 50 produtores que continuam realizando-o principalmente para o abastecimento do mercado local.

Observa-se que, assim como os antigos moradores *pastoris* da região de Conceição do Araguaia, a maioria dos posseiros do Mariazinha optou por criar gado em função das tradições de décadas trazidas dos seus descendentes em suas longas trajetórias pelo interior do Brasil até chegar à região, ou mesmo pela influência de fazendeiros locais.

No entanto, cabe ressaltar que existe uma diferença entre os *pastoris* de Conceição do Araguaia que criavam o gado solto, em pastos naturais de cerrado, e os criadores resultantes dos processos de ocupação recente na região. Os criadores do Mariazinha precisaram conquistar a terra, "jogar a floresta abaixo", queimar, semear capim, cercar de arame para em seguida se beneficiarem do financiamento do gado, causando impactos ambientais bem mais expressivos do que nos campos naturais de cerrado.

O Quadro 1 sintetiza bem a evolução das principais transformações socioambientais ocorridas na região do Mariazinha, bem como os fatores ecológicos e elementos do meio e da paisagem desenvolvidos desde o início da ocupação até aos dias atuais.

	ATIVIDADES PRODUTIVAS	ELEMENTOS DO MEIO	PAISAGEM
1979 – 1988	Arroz, milho, feijão e mandioca.	Ocupação e disputa pela terra; organização dos moradores.	Venda da madeira, derrubada da mata, queimadas e roças.
1989 – 1992	Arroz, milho, feijão, mandioca, banana, aves, porcos e aquisição de gado.	Fundação da associação; comunidades religiosas.	Ampliação das derrubadas, queimadas e pastagens.
1993 – 1996	Redução da venda de feijão, arroz e milho; venda de leite, queijo e bezerros.	Conquista do crédito; abertura de estradas; regularização dos lotes.	
1997 – 1999	Redução da venda de milho e arroz; ampliação da venda de leite, queijo e bezerros; venda de frutas e verduras.	Comercialização do leite; reivindicações por melhores estradas e pontes.	Ampliação das pastagens e abertura de represas nos córregos.
2000 – 2013	Venda de bezerros, leite, queijo, verduras, mandioca, abacaxi e farinha.	Resfriadores de leite; Lutas contra as empresas poluidoras.	Pastagens, represas, mecanização, poluição do rio e degradação de pastagem.

Quadro 1 – Síntese das transformações socioambientais desenvolvidas na região do rio Mariazinha ao longo das décadas.

Fonte: Dados de campo, abril de 2013.

4.2 As transformações no bioma local e a diversificação da produção

"Aqui era tudo mata": esta é a expressão que melhor representa a sub-bacia do rio Mariazinha quando da chegada dos primeiros moradores. Árvores grandes e mata fechada com muita madeira de valor comercial, a exuberância da floresta amazônica, a beleza dos rios, córregos e igarapés e a riqueza da fauna com dezenas de espécies de animais e pássaros.

Percebe-se nas narrativas dos moradores que há, nesse período, traços muito fortes na relação com a floresta. O senhor João Ramalho, nascido nas margens do rio Araguaia e hoje com 68 anos, conta que conviveu com os últimos remanescentes da etnia indígena Carajás e carrega a recordação de um período de riqueza da fauna e da flora, a biodiversidade da região sul do Pará:

(3) (...) o que mais me impressionou é que, primeiro o tamanho e exuberância do rio, a beleza do rio Araguaia que era uma coisa! Até hoje ainda é muito bonito, mas antes era muito mais... Você imagina as margens do Araguaia toda ela com a cobertura vegetal de plantas frutíferas nativas que alimentava toda aquela imensa quantidade de aves e de peixes, as frutas amadureciam na margem... Dentro das minhas memórias, assim, é o seguinte, a floresta era algo temeroso, desafiador

porque ela era muito densa, muito grande e as histórias que a gente ouvia - não tinha televisão, não tinha rádio -, então o resultado a gente tinha as histórias que passava de pai pra filho, memória oral apenas, e aí as histórias dos caçadores que contavam matando a onça, aquela coisa toda: o barulho dos ventos, você imagina o barulho dos ventos naquelas florestas de vários andares, desde árvores de 20 metros de altura, 30 metros até vegetação rasteira e densa, então aquilo tudo era meio... A gente ficava um pouco com medo contando as histórias dos caçadores famosos, os famosos mariscadores que saíam de Conceição do Araguaia e vinham até aqui, iam até São Félix do Xingu porque essa região era completamente deserta (...) (João Ramalho, morador. Depoimento realizado em 21/04/2013).

À medida que as propriedades iam sendo devastadas, começavam a ocorrer às primeiras mudanças na paisagem. De uma maneira geral, os pequenos agricultores que ocuparam as terras seguiram a seguinte dinâmica: derruba-se a mata, atea-se fogo e planta-se capim. As pequenas roças aparecem apenas no primeiro ano e, em seguida, forma-se a pastagem em uma dinâmica encontrada em praticamente toda a região.

As características dessa pequena agricultura praticada na sub-bacia do Mariazinha são, portanto, semelhantes às que se desenvolveram inicialmente na região de Conceição do Araguaia no período pastoril em que se consorciava a criação com as pequenas roças; ou seja, praticava-se se uma agricultura incipiente, de subsistência, conhecida como "lavoura sobre queimada" ou "roças de toco", de acordo com a denominação dos moradores locais. Os relatos orais indicam que estas formas tradicionais de produção agrícolas se perpetuam apenas por algumas décadas.

Percebeu-se também que uma parcela significativa de moradores que ocuparam as terras de Xinguara detinha um aprendizado, adquirido em seus lugares de origem, que se acumulou na convivência com os povos indígenas da região com os quais conviveram na região do baixo Araguaia. Frei José Audrin (1946 e 1963) descreve com profundidade a convivência entre os "sertanejos" e os povos indígenas na região de campos naturais do Araguaia e, de acordo com o autor, a agricultura daquele período consistia em um processo de separar um pequeno pedaço de mata (às vezes um hectare), derrubar a vegetação original e atear fogo. Dias depois, limpava-se a área com a retirada dos garranchos, preparando-a para o plantio e, após a colheita, abandonava-se o local por alguns

anos até a mata se regenerar. Em outro local começava-se, então, o mesmo procedimento, uma espécie de ciclo de rotação do uso da terra (AUDRIN, 1963, p. 44).

Os relatos orais dos moradores de Xinguara nos revelam que as plantações tinham as características de uma associação de pequenas lavouras de arroz, milho, feijão, batata-doce e verduras. Desse modo, praticavam também a pequena criação de porcos e frangos, garantindo, assim, a sustentabilidade das famílias dos pequenos produtores. Senhor José da Penha, morador local, argumenta que naquele período raramente se vendia o excedente da produção que era guardada em paióis construídos de madeira, locais onde se fazia também a seleção das sementes para o plantio no ano seguinte.

4.3 Cruzamentos entre o passado e o presente

As narrativas dos moradores demonstram que a região da sub-bacia do rio Mariazinha era coberta por uma vegetação de floresta densa, típica da região amazônica, com a presença de árvores de grande porte de interesse comercial, como as popularmente conhecidas como jatobá, mogno, angelim, cedro e ipê. A região constituía-se como o habitat de dezenas de espécies de animais, dentre eles pássaros, mamíferos como a paca, a anta, o porco do mato, o tatu, a capivara entre outros.

Segundo a descrição fornecida pelos moradores, o rio Mariazinha (hoje em estágio acelerado de degradação) possuía águas límpidas através das quais era possível ver a areia no fundo ou mesmo "ouvir o estalo de dente dos peixes quebrando os cocos que caiam dentro d'água", como descreveu um morador. Tal paisagem descrita pelos moradores mais antigos apresenta-se hoje como aparentemente desconhecida da memória das populações locais recentes.

Por meio dos relatos, percebe-se o quão rico em detalhes são a fauna, a flora e a ocupação do espaço cheio de dificuldades e que proporciona aprendizados. São as histórias narradas por moradores como o senhor Gauchinho, sujeito que se sentiu bastante valorizado ao ser convidado para a entrevista, dada a importância de poder descrever a história de sua chegada, a situação atual do rio Mariazinha e o seu enfrentamento contra as empresas poluidoras.

No local da entrevista, Seu Gauchinho nos chamou para a cobertura de um velho barracão abandonado onde se sentia melhor para contar sua história que seria gravada em comum acordo entre as partes. Ali, encontrava-se um antigo pilão abandonado onde sua esposa garantiu a alimentação da família nos primeiros anos: "pilamos o arroz para criar os filhos", afirmou introspectivo.

Quando na estadia do sítio, denominado Sítio do Gaiteiro, para a entrevista e o levantamento fotográfico das plantações, durante uma escaldante tarde do dia 19 de abril de 2013, o senhor Gauchinho resumiu em poucas palavras os primeiros anos de sua chegada à região quando encontrou grandes plantações de banana-maçã, atividade econômica que marcou os primeiros anos da paisagem do campo em Xinguara:

(4) Aquilo não sai do meu pensamento, aquele tanto de banana-maçã, certo, nós aquele tanto de rapaz que nós não conseguíamos carregar mais do que dois cachos de banana-maçã. O caminhão entrava trucado com a balança em cima pra pegar aquele tanto de banana, sabe? Depois foi acabando. Depois, com o passar do tempo, as bananas-maçã, hoje nem se você fizer alguma tecnologia não está adiantando, né?, para banana-maçã... Mas mesmo assim muita mata, eu me casei naquela época. Antes era assim: nós agrupado lá, meus falecidos pais em frente ao Projeto Casulo naquela terra que nós acabamos de vender, a herança dos meus falecidos pais. Perdi pai, perdi mãe, mas daquela época a gente entrou pra cá só dava imagem bonita sobre a natureza, eu entrei mais essa mulher, quase que ela morre afogada travessando sem estrada nesse rio Mariazinha (...) (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013).

São cerca de trinta e quatro anos desde que seu Gauchinho migrou do Mato Grosso com seus pais para o município de Xinguara, mantendo ainda fortemente na sua memória as dificuldades encontradas quando da chegada ao local onde fica hoje sua propriedade. Ele narra até com certo saudosismo as dificuldades advindas da falta de infraestrutura de estradas, as enchentes e relembra as pescarias em abundância:

(5) *A gente pegava nesse Mariazinha, nós pegávamos surubim, boca larga, jurupoca, piau da melhor quantidade, várias qualidades de peixe, certo? Pra você ter uma ideia, quando nós entramos ali nós tivemos que passar pela mata, depois abriu essa estrada aqui, que hoje aqui é uma estrada, é uma grota abandonado causado pelo sistema político, tudo bem, mais tá, nós ai arrumamos essa estrada por aqui, né? Mas quando passava, era tudo mata, rapaz, desde o frigorífico até aqui (...)* (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013).

Quando o procuramos para a entrevista, seu Gauchinho fez questão de mostrar sua nova casa e levar-nos com muito orgulho para conhecer as conquistas de todos esses anos de trabalho no seu sítio repleto de plantações de café, cacau, cupuaçu, tangerina, cajá e várias outras espécies nativas muito bem cuidadas. À medida que seguíamos andando pelo sítio, mostrava como era a propriedade na época de sua chegada à região, quando ainda morava na casinha coberta de palha de "paxiba" (espécie de palmeira cuja palha é utilizada para a cobertura de casas), o antigo pilão – que ele considera o responsável por "criar todos os filhos" –, e ainda o local onde ficava o antigo curral, o chiqueiro de porcos e galinhas.

4.4 Os impactos da pecuária

A criação extensiva de gado na região provoca grandes impactos ambientais. Em Xinguara, praticamente não existem mais áreas de florestas e, uma vez instaladas as fazendas, dá-se também a redução de mão de obra.

Presenciamos casos em que apenas cinco empregados são capazes de fazer os cuidados permanentes de cinco a dez mil cabeças de gado. Além disso, as grandes empresas rurais aplicam poucos investimentos na região, preferindo transferir seus lucros para os seus Estados de origem. Portanto, em vez de promoverem o desenvolvimento local, na maioria das vezes atuam apenas como exploradoras dos recursos naturais nos moldes extrativistas. A narrativa crítica a essa concepção, do morador Geraldo Teixeira, ilustra bem esta situação:

(6) (...) não há desenvolvimento local baseado "na pata do boi". O que há é um forte apelo midiático, inclusive no "aspecto cultural", para que as pessoas considerem como bem sucedido aquele que dispuser de pastagens e de bovinos para venda. Para ilustrar essa afirmação de que não há desenvolvimento através da criação extensiva de bovinos para corte podemos comparar com outras regiões subdesenvolvidas: o sertão nordestino, apesar da seca que o assola, vive fase de maior desenvolvimento; os estados vizinhos de Goiás e Tocantins, apesar da degradação ocasionada pelo cultivo de grãos, vivem fase de maior desenvolvimento. Portanto, o tal "progresso na pata do boi" é discurso e mídia, mas não é realidade no Sul do Pará, exceto para as poucas famílias que aqui ergueram seus impérios de latifúndio ou de empresas ligadas ao mesmo (Geraldo Teixeira, morador. Depoimento realizado em 25/03/2013).

4.5 A ideologia "na pata do boi" e o presente em construção

A partir da instalação das empresas agropecuárias na região, o modelo inverteu-se. Em vez de campos e cerrados, as ocupações de terras adentraram em áreas de florestas, provocando alterações radicais nas estruturas sociais e econômicas locais, além de interferir nas formas de o homem relacionar-se com a natureza. Se antes os camponeses pastores viviam livres, no sentido de que não havia a necessidade da cerca e do arame, com essas mudanças os criadores viram-se ameaçados pelas empresas agropecuárias, passando a utilizar da "estratégia em ocupar a área de maneira oficial por meio da obtenção de títulos chancelados pelo Governo do Estado do Pará, [o que] causou imensa ruptura no modo de vida dos sertanejos locais, os quais criavam o gado de forma livre nas áreas de pastos naturais" (VAZ, 2013, p. 131).

Nas viagens a campo, percebeu-se que os moradores possuem um julgamento crítico a respeito das agências de fomentos. Eles descrevem que essas agências utilizam critérios diferentes para financiar grandes e pequenos produtores. Quando se trata de financiar pequenos produtores rurais, identificam um direcionamento para o crédito da pecuária devido às políticas desses órgãos serem orientadas a financiar atividades econômicas consideradas de baixo risco financeiro; é justamente por isso que todos os esforços direcionaram-se apenas para a pecuária.

Os moradores argumentam também sobre o papel da assistência técnica oferecida pelos órgãos estaduais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI). Para os moradores, elas são consideradas inadequadas e inoperantes, uma vez que, quando esses órgãos oferecem algum serviço como os de elaboração de projetos "não respeitam a vontade do produtor" e ainda direcionam o projeto para a pecuária, desestimulando os interessados em outras atividades econômicas que não a criação de gado.

Há também um discurso local, que é reforçado pelos dirigentes políticos, de que a criação de gado representa uma "poupança viva" e é, assim, sinal de "segurança" para o pequeno criador. Essa ideia que permeia a visão de que o progresso e o desenvolvimento locais estão fundamentados no gado é fortemente difundida por meio de grandes negócios firmados nas Feiras Agropecuárias das cidades da região. Não bastasse, são difundidas ainda em leilões e grandes feiras de negócios voltadas, por exemplo, ao lançamento de produtos e maquinários de alta tecnologia para o agronegócio, como menciona o morador em sinal de contestação a esse modelo dominante:

(7) (...) *é equivocado você pensar que um camarada, uma família que tenha 10 alqueires, ou seja, 50 hectares redondos de terra, possa sobreviver dignamente criando gado, não dá, meu amigo, gado é uma prática para você criar em escala, mais o que é que ele tem? Ele só tem o incentivo do banco para isso, se ele disser não, eu quero plantar cupuaçu, então o açai ou pupunha, não sabe o que, vai ser logo desestimulado. Isso é perigoso, não tem mercado, não tem dinheiro para isso, para boi tem, então o que o cara passa a ser? Passa a ser simplesmente escravo do Banco do Brasil e do Basa, dos agentes financeiros, porque não dá. Ele vai ter que vender a matriz para pagar o bezerro, então que diabo é isso? Não sei porque falta uma política de estado para rever isso, bota os técnicos para pensar, a EMATER, a Sagre, esses órgãos todos aí que o Estado tem, porque órgãos têm demais. [...] eu avalio da seguinte maneira: Eu acho que a "pata do boi" reflete a lógica da dominação da região e do ponto de vista deles a lógica está até correta, né? Ou seja, nós vamos desmatar, vamos criar boi e boi gera carne e carne gera dinheiro e nós queremos é dinheiro. Então, essa é a lógica capitalista, e agora dizer que isso é sinônimo de desenvolvimento ou a única opção de desenvolvimento da região é que está o equívoco no meu entendimento (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).*

Todos esses instrumentos ideológicos dificultam o verdadeiro desenvolvimento local, uma vez que os pequenos produtores rurais, bem como a população pobre do espaço urbano, enfrentam dificuldades de sobrevivência em uma região de grandes riquezas naturais e minerais concentradas nas mãos de uma minoria de grandes proprietários e grupos econômicos. O depoimento abaixo narra essa situação em uma concepção crítica de desenvolvimento:

(8) *É uma lógica de desenvolvimento que não desenvolve a economia local, que não distribui a riqueza em nível local, que não fortalece o fluxo de renda e trabalho em nível do território porque nem os impostos são recolhidos devidamente. Onde o Estado é insuficiente na fiscalização e na arrecadação dos impostos que deveriam ser gerados desta produção. É também uma lógica de produção irracional do ponto de vista espacial e territorial, com as exageradas extensões de terras, os grandes latifúndios concentrados em mãos do grande capital. Enquanto que a população trabalhadora local, que*

necessita do pedaço de terra para sua produção e manutenção da economia local, não consegue acesso à terra, pois está concentrada nas mãos do latifúndio. Portanto, este desenvolvimento na lógica da "pata do boi" se torna para esta região do Sul e Sudeste do Pará insustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico, cultural e político (Cláudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

Dentro de tal contexto, cabe ressaltar ainda que os diversos movimentos sociais ligados à Teologia da Libertação, assim como as correntes políticas progressistas, enfrentam dificuldades em apresentar uma proposta alternativa que possa conduzir o processo de desenvolvimento local em outra direção, sobretudo porque as elites locais cooptam, para os seus interesses, pessoas simples, de origem camponesa que, no decorrer dos anos, apegam-se ao forte discurso ideológico e são convencidas pelas propostas fantasiosas de grandes lucros proporcionados pela pecuária, opondo-se muitas vezes às organizações e sindicatos de sua classe.

Esse cenário econômico construído há décadas pelos dirigentes políticos e elites locais pautadas na pecuária reforça a visão de desenvolvimento de "cima para baixo" que despreza a pequena produção e desestimula as práticas alternativas da pequena economia local.

As transformações sociais e econômicas e os projetos agropecuários mudaram a paisagem local. O passado, marcado pela derrubada e queima da mata, as pequenas roças feitas a golpes de foice e machado e os plantios de milho, arroz e feijão cultivados para o consumo próprio, assim como a pequena fornalha para torrar a farinha e as crenças nas simpatias para eliminar doenças e cuidar da proteção das sementes para a próxima safra sofreram duros golpes do modelo modernizante, estando hoje bastante reduzidas, sendo lembradas pela maioria dos moradores apenas por meio de marcações temporais como "naquele tempo".

Desse modo, a agroindústria e a "modernização" contribuíram para "converter" as tradições em "modernas" técnicas que utilizam, desde a pulverização. Aérea dos agrotóxicos para a limpeza de pastagem até as técnicas de inseminação artificial para a obtenção das melhores descendências bovinas. Nesta nova realidade, os moradores na região do Mariazinha viram-se forçados a modificar radicalmente suas relações com a terra.

No artigo de Parolin e Bellini (2010), denominado *O silêncio das Araucárias: Memória e Esquecimento da natureza em um grupo de moradores da sub-bacia hidrográfica do Rio do Campo*, no estado do Paraná, as autoras

argumentam que a sub-bacia sofreu com o processo de rompimento dos valores tradicionais pela modernização da agricultura, ocorrendo ruptura consequente das técnicas arcaicas de produção substituídas pela mecanização. Citando Graziano Neto (1982), afirmam que essa modernização do campo se espalhou por todo o Brasil devido à

(...) "ideologia modernizadora" que se implantou no Brasil à porta da década de 1970, [e que] tende a menosprezar o modelo de produção que não se utiliza das "facilidades" tecnológicas produzidas pela indústria moderna. O arado de tração animal, as sementes obtidas do paiol, animais que não se alimentam com ração produzida por indústria são sinônimos de "atraso". (NETO, 1982 *apud* PAROLIN e BELLINI, 2010, p. 146).

Assim como no Paraná, a ideologia modernizadora do campo tem reforçado, então, a visão de progresso e desenvolvimento predominante na sociedade moderna que descaracteriza as culturas tradicionais. No caso do Mariazinha, a pecuária extensiva que alimentou nas pessoas a fantasia de abandonar as técnicas tradicionais de subsistência, agora sinônimos de atraso, como se a história dos moradores construída na região não tivesse nenhum sentido, fez com que as sociedades capitalistas modernas de nosso século passassem a ser vistas sempre em um patamar evolutivo superior às tecnologias tradicionais praticadas pelos antepassados.

O resultado da modernização tem sido a desagregação de muitas famílias que viviam de pequenas produções de farinha, milho e arroz. Nesse sentido, a substituição por pastagem enfraqueceu as relações de vizinhança que são fundamentais na permanência dos moradores na terra uma vez que

(...) Ao substituir as antigas formas de organização da produção na agricultura pelo modelo industrial capitalista, iluminando os campos brasileiros com as "luzes do progresso", a modernização revelaria ainda o seu traço desagregador: aos que resistiram ao êxodo rural restou não somente o isolamento, mas também a desintegração de laços afetivos e da solidariedade que marcavam muitas das relações entre os vizinhos (PAROLIN, BELLINI, 2010, p. 146).

Em Xinguara, em algumas comunidades do Mariazinha extremamente afetadas pela degradação ambiental, os agricultores vêm enfrentando esse mesmo processo

de transformação cultural muito parecido com o descrito por Parolin e Bellini (2010) no caso de Campo Mourão, Paraná.

Segundo o morador José da Penha, o assentamento Vermelho e Preto, localizado na área mais afetada pela degradação ambiental do rio Mariazinha, viveu um passado cheio de mutirões entre os moradores, de casas de farinha para as "farinhadas", as colheitas coletivas do arroz, festejos da comunidade e a solidariedade que se praticava diariamente uns com os outros na troca de mão de obra nos festejos de casamento e homenagens à padroeira.

Ele ainda descreve que, no passado, quando um vizinho não colhia uma safra de arroz na sua propriedade, emprestava de quem tinha para passar o ano e, quando plantava e conseguia colher, devolvia os alimentos com muito contentamento. Seu José da Penha argumenta que hoje muitas vezes recebe críticas de seus vizinhos por preservar 50% de área florestal, pois essa floresta é vista por eles como prejuízo econômico porque não gera pastagem para colocar mais cabeças de gado onde, atualmente, ele é um dos raros moradores que possui uma área florestal preservada visível na figura abaixo:

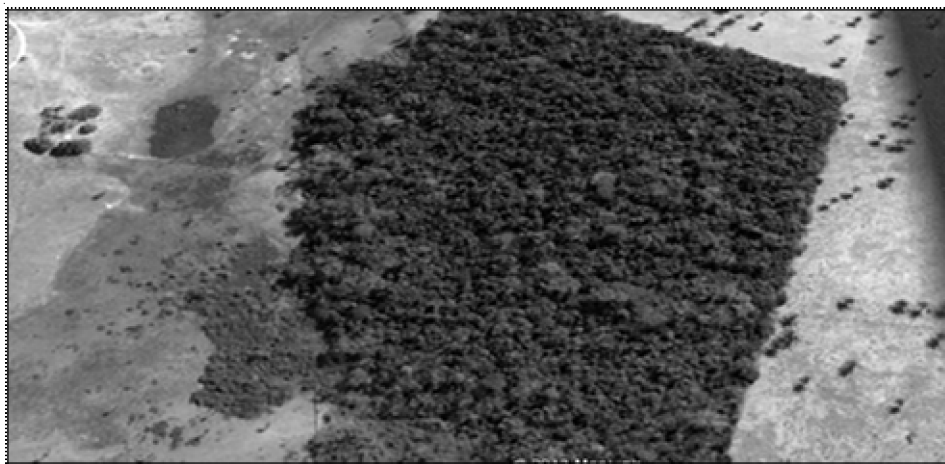


Figura 3 – Área particular de preservação de floresta nativa no assentamento Vermelho e Preto. Xinguará/PA.

Fonte: Google, 2013.

O morador Cláudio Marques, que migrou com sua família ainda adolescente, descreve com emoção as belezas da paisagem local, da natureza intacta na convivência com a floresta, os pássaros e rios da região. Sua narrativa recorre a

um passado que não existe mais, que foi transformado pelas práticas modernizadoras de desenvolvimento.

(9) (...) O perfume da floresta em pé era marcante, um cheiro gostoso de sentir, as sombras e a umidade dentro da floresta muito agradável. Outra lembrança forte era o andar sobre a vegetação morta, em decomposição, que afundávamos no caminhar com tanta matéria decomposta. As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas. O que mais nos encantavam eram os animais da floresta, diversidades de pássaros com lindos cantos e cores, diversidades de macacos, pequenos animais andarilhos, cutias, pacas, jabutis, cobras, jaguatiricas, raposas, porco do mato, entre tantos outros animais (...) (Cláudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

4.6 As experiências de plantio diversificado e a resistência ao modelo de desenvolvimento local

Atualmente, as experiências com a pequena agricultura são encontradas nas proximidades de Xinguara. Nos relatos dos moradores e por meio das visitas de campo percebemos que, da margem direita do Mariazinha, é possível observar grande quantidade de pequenos sítios e chácaras de pequenos produtores que trabalham com produção diversificada. A esse respeito, observamos o caso que conhecemos nas visitas que fizemos na propriedade do senhor Geraldo Rosa, que fez questão de nos levar para mostrar seu pomar. O morador narra com orgulho a farta produção no seu sítio e faz questão de citar as plantas frutíferas que possui no seu quintal:

(10) (...) tem umas laranjas ali que era do laranjal velho, tenho a lavoura de maracujá, mandioca, mandiocal, tem cupuaçu, tem muito coco, tangerina poncã, os galhos estão baixo, olhe aqui o tanto de cupu que ainda tem no pé, é do grande, esse é do grande, do grandão, isso porque já foi tirado mais de 30 aqui (Geraldo Rosa, morador. Entrevista realizada em 7 de março de 2013).

Desse modo, os produtores que optaram pela diversificação vêm mostrando resultados satisfatórios de produção e venda. A polpa do cupuaçu, por exemplo, é bastante aceita no mercado local e registramos no diário de campo dois casos

de pequenos agricultores empolgados com suas plantações de cupuaçu.

Assim, a região do Mariazinha ocupada por pequenos lotes e chácaras de cinco a dez hectares, onde os agricultores não optaram pela pecuária por entender que ela não é suficiente para garantir a sobrevivência, tem se mostrado bastante promissora como espaço de produção diversificada.

Ao optarem pelo cultivo de plantações de milho, mandioca, batata-doce, verduras e frutas os pequenos produtores vêm demonstrando que é possível sobreviver em pequeno espaço de terra obtendo rendas de outras formas que não seja exclusivamente por meio da pecuária. A localização estratégica desses arranjos produtivos, com riqueza de água para irrigar e solos de boa qualidade para o plantio, também foram apontadas pelos agricultores como fator principal para a tomada dessa decisão.

Se analisarmos a cadeia produtiva local, de uma maneira geral podemos perceber que mesmo dentro da própria economia do gado ocorre a diversificação da produção. Em pequenas propriedades próximas da cidade, onde os produtores encontram dificuldade de sobrevivência econômica na pecuária, é possível perceber pequenas mudanças advindas, sobretudo, de certa preocupação em procurar meios de melhorar a renda associando o gado leiteiro à venda de queijo, leite refrigerado e plantações de pequenas culturas anuais como o milho verde, a mandioca e o mamão, facilmente comercializados na cidade. Apesar das perspectivas e da boa aceitação, os agricultores se deparam com uma série de obstáculos como os custos elevados de mecanização, de adubos e sementes.

(11) É um grande desafio porque nós perdemos toda essa cultura de geração em geração de plantio. Hoje você tem que comprar a semente para você plantar porque já vem tudo produzido, modificada. Você compra uma semente de milho tem que ter adubo químico, ela já vem programada para produzir com o adubo químico, é uma situação que essa propriedade de você conhecer a lua, do plantio de selecionar as sementes, guardar as sementes, agora acabou. O próprio pequeno produtor ele está sendo escravo das grandes indústrias, do monopólio de produção de sementes, é o caso do milho, né? (Davi Passos, morador. Entrevistado em 19 de abril de 2013).

Um fator relevante é que em função das grandes conquistas da terra no final da década de 1970-80, seja por posseiros ou pela aquisição de médios produtores

que chegaram depois, formou-se uma economia mesclada que se configura em pecuária com tecnologia de ponta, como é o caso das fazendas dos irmãos Quagliato e Santa Bárbara, do grupo Opportunity, somada aos médios proprietários de áreas emancipadas e aos colonos, como são chamados regionalmente os assentados de reforma agrária que apesar de residirem há mais de 30 anos na terra não possuem sua titulação.

Nos pequenos lotes, sobretudo nas redondezas de Xinguara, presenciamos uma quantidade expressiva de culturas diversificadas. À margem direita do Mariazinha verifica-se uma ocupação praticamente de pequenos agricultores familiares que sobrevivem da agricultura de milho, mandioca, verduras e frutas vendidas diretamente na cidade. No Projeto Casulo, formado por pequenos lotes de 2 hectares, não se cria gado e a produção se restringe às criações de porcos, galinhas, pomares de frutos como o cupuaçu, banana, cacau, abacaxi e o cultivo de pequenas lavouras de milho verde, abóboras, mandioca e vagem.

Registramos no diário de campo o caso de um pequeno criador de peixe que vende sua produção e alevinos para toda a região do Araguaia. Segundo nos informou o morador, a atividade de piscicultura vem crescendo na região de modo que durante a última feira instalada pela associação de criadores foi registrada a venda de 6 toneladas de produtos. Em depoimento que pudemos tomar, é evidente a sabedoria do morador ao reforçar a produção de peixe ao narrar que:

(12) (...) se você inverter, desestimular a pequena criação de gado, de nelore que é a nossa grande coisa aqui e pensar dizer o seguinte: olha, peixe dá mais dinheiro do que gado. Para você ter uma piscicultura rentável, é claro, usando toda uma técnica, você com um hectare você tem uma piscicultura capaz de lhe dar carne saudável melhor que a carne vermelha, a carne de peixe, entendeu? Numa proporção extraordinária. Vou dar só um exemplo. Um filhote, um surubim que é um peixe aqui da nossa região e muito gostoso, ele tem 65% de carne e 35% de carcaça de osso só, qual é a proporção do boi? 50%. Você tem hoje uma tendência mundial na alimentação saudável que aí entra o peixe com a carne branca, agora você pensa agora como é que o cara agora vai produzir o peixe? Vai vender para quem? Aí entra o Estado com a capacidade logística, com a capacitação, tem que saber criar de maneira adequada, que não dê prejuízo, mas que tem mercado, tem (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).

Nesta mesma linha de raciocínio, outro morador reforça a diversificação da produção ao argumentar que na pequena propriedade a pecuária exclusiva dificulta sua sobrevivência. Assim, ele reforça que é preciso complementar a renda com outras atividades produtivas:

(13) (...) essa atividade aparece como alternativa porque a mentalidade da monocultura é que só mesmo a criação do gado é lucrativa, foi essa mentalidade que levou o colono com 10 alqueires de terra a derrubar toda a mata e agora tem que comprar tudo, que não vai mais arar o pasto que gastou tanto com pasto para plantar feijão, plantar fava e plantar mandioca... Então, hoje começa a ter a percepção do colono de que com um alqueire de mandioca plantada tem a mesma renda dos outros 9 alqueires de terra ou mais, né, e isso vai trazendo uma consciência nova, uma consciência que você tem que diversificar a produção para sobreviver, para criar os filhos (Davi Passos, morador. Entrevista realizada em 19 de abril de 2013).

De acordo com os moradores, a dedicação exclusiva ao gado vem provocando dificuldades financeiras devido aos altos custos dos produtos veterinários e ao baixo custo pago pelos preços do leite e da carne. Segundo o morador senhor Leomarques Fernandes, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os preços da carne, do leite e do bezerro estão baixo em relação ao aumento dos produtos veterinários e insumos como vacina, sal mineral e medicamentos:

(14) (...) vejo assim: minha família toda mora na região, muitos estão bem, conseguiu reconcentrar um pouquinho e tal, ficar maiorzinho um pouco, um médio produtor rural. Mas muitos não conseguem e outros não conseguem acompanhar o desenvolvimento, que não é fácil você ser um criador de gado, não é fácil você sobreviver só do gado, do leite, né? Viver de 1.500,00 reais por mês, manter uma família, porque os filhos tem que estudar, tem que reproduzir, casar, né? Aí casa, a terra é pequena. Talvez se tivesse outro subsídio, outra ideia, porque já descaracteriza a família de ser produtor rural com essa ideia, porque já não dá pra viver ali se fosse outra ideia, talvez pudesse viver num pequeno espaço com a família junta e por ali ia ficando, ia trabalhando, mas essa ideia não foi plantada. Eu acho, é no meu

pensamento, cada um tem uma ideia que teve muito prejuízo que deveria ter sido muito melhor se tivéssemos trabalhado a questão ambiental, mais a preservação, mais a diversificação da produção, produzir mais alimento... Na verdade é a realidade, não adianta a gente tapar o sol com a peneira que nós produzimos muito pouco alimento aqui no município de Xinguara, muito pouco alimento, planta pouco, planta muito capim (Leomarques Fernandes, morador. Depoimento realizado em 16/04/2013).

As alternativas experimentadas pelos pequenos agricultores oscilam entre o sucesso e as incertezas. Encontramos casos de experiências bem sucedidas de agricultores que estão mecanizando terras e plantando milho, outros com criatórios de peixes e plantações de frutos e hortaliças. Isso tem demonstrado que, apesar do forte discurso ideológico da pecuária como solução econômica da região, a pequena agricultura vem ganhando cada vez mais simpatizantes e muitos já começam a acenar no sentido de questionarem o atual modelo econômico e produtivo da região. Acenam, inclusive, para a possibilidade de encontrar alternativas que sejam capazes de conciliar a pecuária com outras atividades produtivas mais sustentáveis, como as já encontradas em algumas pequenas propriedades.

(15) (...) Nesta concepção produtiva alternativa, de convivência inclusive da própria produção pecuarista, a produção hortifrutigranjeira, os Sistemas Agroflorestais, SAFs, a produção Agroecológica, a Agricultura Familiar são modos produtivos, são ideologias e concepções alternativas que desenham possibilidades de desenvolver a economia, o social, o político e culturais perfeitamente combinados e sustentáveis com os recursos naturais e ambientais (Claudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013).

Registramos aqui dois casos que consideramos exemplares de atividade econômica relacionada à diversificação da produção: o caso das propriedades dos moradores Gauchinho e Geraldo Rosa, na região do Assentamento Vermelho e Preto. Estes dois agricultores possuem verdadeiros arranjos produtivos onde conciliam gado, roça e pomar com variedade de frutas como maracujá, coco, cupuaçu, tangerina e cacau. Desenvolvem, ainda, produção de polpas e criações de galinhas e porcos, produtos escoados facilmente para a cidade e vendidos

nos comércios locais, mostrando-se bastante vantajosos na complementação da renda e na sustentação econômica dessas famílias.

Se a pecuária é um reflexo do dilema da maioria dos moradores de como sobreviver na condição de pequenos criadores, com áreas menores e poucos recursos financeiros, a diversificação da produção tem demonstrado que existe saída viável para os pequenos produtores que não encontram condições de criar ou manter suas atividades pecuárias.



Figura 4 – Diversificação da produção na região do rio Mariazinha.

Fonte: Acervo pessoal do autor, abril de 2013.

A reconstrução da sub-bacia pelo estudo da memória dos moradores transporta-nos a um passado de florestas virgens, rios e nascentes de águas limpas e, ao mesmo tempo, contrapõe-se tragicamente a um presente de convivência dos moradores em embate constante com um cenário de devastação da vegetação, de rios de águas poluídas e de nascentes degradadas. Se durante séculos o homem amazônico aprendeu a retirar sua sobrevivência da floresta, a reconstrução da história dos moradores remete-nos à memória e à necessidade de ampliarmos nossa relação com o meio ambiente para que dele seja possível a sobrevivência de modo sustentável.

Para não nos esquecermos das belezas naturais das florestas do Mariazinha, talvez seja necessário lembrarmos não apenas da água limpa dos córregos, como afirma Claudio Elias, "As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas", ou da expressão do morador Antônio Neto onde "dava pra ouvir a caranha quebrando o coco no dente embaixo d'água", mas devemos lembrar também das imensas e frondosas árvores de castanheiras, mogno e jatobás que se erguiam por todo o vale do rio Mariazinha que escorria

majestosamente até a confluência com o rio Marião.

Nesse sentido, lembrar o nosso passado contribui para alimentar as nossas utopias no sentido de podermos refletir sobre as oportunidades que poderão despertar a partir do estreitamento de nossa relação com o meio ambiente, pois a reflexão sobre essa realidade poderá criar nos homens mecanismos de reação contra a atual situação de degradação em que se encontra o rio Mariazinha.

Finalmente, lembramos que outro desenvolvimento é possível de ser construído na região. No entanto, este deve necessariamente levar em consideração os pilares da sustentabilidade, sendo eles: o cuidado ambiental que inclui o uso sustentável dos recursos naturais, reconhecendo sua condição finita que prescreve a necessidade de sua preservação e conservação para as gerações presentes e futuras; o dado econômico, no sentido de que a riqueza produzida seja distribuída prioritariamente em função do fluxo local, da distribuição e demandas locais; o pilar social que garante os direitos a dignidade humana, sendo o maior deles a garantia à cidadania plena e aos direitos básicos; o pilar da cultura que respeita os valores, as tradições e as diversidades dos povos que se expressam nas artes, nos costumes e nas tradições locais e regionais e, por fim, o pilar político com o sentido de proporcionar o protagonismo dos sujeitos locais na construção do desenvolvimento do local que habitam.

5. Considerações finais

Constatamos neste trabalho que os problemas ambientais que afetam a região da sub-bacia do Mariazinha não são problemas provocados por todo um processo de transformação, mas mais pontualmente se devem ao modelo capitalista de produção que instalou na região a indústria madeireira, a pastagem e, atualmente, as agroindústrias.

Esses problemas começaram ainda no início do processo de ocupação da região, quando ocorreram os desmatamentos, as queimadas e a expansão das atividades pecuárias. Ao aderir ao modelo econômico pautado na pecuária, os moradores seguiram os passos do desenvolvimento excludente pregado pelos interessados na defesa da pecuária extensiva.

As narrativas dos moradores possibilitam afirmar, então, que na região do Mariazinha prevaleceram duas dinâmicas econômicas distintas: uma relacionada à reconcentração de parcelas da terra por aqueles que sobrevivem da criação extensiva de gado e outra dinâmica relacionada ao domínio das técnicas de diversificação da produção verificada em pequenas propriedades próximas da cidade.

A criação extensiva de gado em pequenas propriedades vem enfrentando dificuldades em toda a região. A forma como está sendo conduzida atualmente requer uma mudança de concepção a partir da seleção genética especializada e de um melhor aproveitamento das pastagens, das divisões de cercas e rotação dos animais, o que requer investimentos por parte dos produtores.

Quanto à diversificação da produção presenciada em alguns locais, os exemplos bem sucedidos tentam associar a criação de gado leiteiro a outras atividades econômicas como o cultivo de milho, mandioca, hortaliças e variedades frutíferas como cupuaçu, tangerina, coco, limão e melancia.

A pecuária se consolidou e, infelizmente, essa realidade é confirmada pelos moradores do Mariazinha que há mais de trinta anos conviviam com caminhões que transportavam produtos alimentícios e retornavam com os produtos industrializados. Em muitas comunidades rurais o fluxo encontra-se hoje bastante invertido. Os caminhões, ônibus e carros particulares trazem pessoas para receber o dinheiro do leite, do queijo, do bezerro e da aposentadoria, levando para a propriedade os produtos da alimentação básica.

A Diocese de Conceição do Araguaia, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), é pioneira quando se trata da resistência ao modelo de desenvolvimento local. Primeiramente, porque vem combatendo há décadas a violação dos direitos humanos e apoiando as lutas camponesas pela conquista de seus direitos; em segundo lugar, porque atua como incentivadora dessas novas atitudes por meio de cooperação e apoio aos vários movimentos sociais e entidades que vêm experimentando outros "modelos" como proposta de mudança.

Finalmente, faz-se necessário articular meios que fortaleçam e viabilizem a organização e as ações coletivas locais a partir dos sujeitos políticos, sociais, culturais e econômicos constituídos localmente para a construção de perspectivas de recuperação do quadro caótico em que se encontra a micro bacia do Mariazinha. Os poderes públicos locais, as agroindústrias e a sociedade organizada possuem papel importante no sentido de desenvolver ações conjuntas encarregando-se de promover a recuperação ambiental do rio para garantir a sobrevivência dos moradores e das gerações futuras.

Referências

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental.** Marabá (PA) e Macapá (AP), 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AUDRIN, J. M. **Entre sertanejos e índios do norte**: O Bispo missionário Dom Domingos Carrerot. Rio de Janeiro: Ed. Púgil Ltda., 1946.

_____. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. (Col. Documentos Brasileiros)

BECKER, B. K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. A. **Construção Social da Realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos do Campo** – Brasil 2012. Goiânia: CPT, 2012. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 5 de jun. 2013.

FIGUEIRA, R. R. **A Justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

HÉBETTE, J. A questão da terra. In: **Estudos e problemas amazônicos**: História Social e Política e temas especiais.. Belém: CEJUP, 1992. p. 115-127.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades** – Censo demográfico. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>>. Acesso em 14 mai. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, D. L.; HELTON, S. L.; SIDINEY, A. C.; RIBEIRO. O Diário de Campo e a Memória do Pesquisador. In: WHITAKER D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado – Homem – Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

_____. A história social e econômica da Amazônia. In: **Estudos e problemas amazônicos: História Social e Política e temas especiais**, Belém, CEJUP, p.9-55, 1992.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya**. Companhia Editora Nacional, 1934.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, p. 25-70, 2006. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edições>>. Acesso em 5 dez. 2013.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENEZES, M. A. Ética e história oral. In: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; GRISI, T. M. V. **Ideologia e esquecimento – aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010. p.19-44.

PAROLIN, E. S. P.; BELLINI, L. M. O silêncio das araucárias: Memória e esquecimento da natureza em um grupo de moradores da microbacia hidrográfica do Rio do Campo. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 28, n. 2, 2010. p. 137-156.

PASCAL, B. **Pensamentos**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em 6 dez. 2013.

PINTO, L. F. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Amazônia em Questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Circulo do Livro, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SADER, R. Lutas e Imaginário Camponês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-125, 1. sem. 1990. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v021/lutas_e_imaginario.pdf>. Acesso em 4 dez. 2013.

SANTOS, E. A. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SILVA, F. C. Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 225, dez. 2008.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Saraiva, 1959.

THOMPSON, P. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: Ferreira M. M. et. al. **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz (Casa de Osvaldo Cruz)/FGV/CPDOC, 2000. p. 47-65.

TORRES, M. A despensa viva: Um banco de germoplasma nos roçados da

floresta. **Revista Geografia em Questão**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, p. 118-138, 2011.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. 167 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2013.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura Agrária**: Estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

_____. A desinvenção da Tradição: esquecimento e memória na história do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. In: _____. **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.